

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO  
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 27**

8 de outubro de 2020

(17:11 h – 19:39 h)

**Ordem do dia:** Audição do Dr. Rui Fiolhais, Presidente do Conselho de Gestão do Fundo REVITA

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:** Emília Cerqueira (PSD)  
João Dias (PCP)  
Eurídice Pereira (PS)  
Ricardo Vicente (BE)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por cumprimentar todos. Estão reunidas as condições formais para dar início à nossa reunião.

*Eram 17 horas e 11 minutos.*

Peço alguns minutos para ir receber o depoente de hoje, após o que começaremos a audição de imediato.

*Pausa.*

Srs. Deputados, está, então, reunida a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior, que se destina à audição do Sr. Dr. Rui Fiolhais, na qualidade de Presidente do Conselho de Gestão do Fundo REVITA, que já está connosco. Esta audição foi potestativamente agendada pelo PSD.

Antes de dar início à audição, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira pediu a palavra. Para que efeito, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, queria colocar uma questão à Comissão, que é a seguinte: verificámos que no acervo da Comissão não estava – ou, pelo menos, não conseguimos encontrar – o relatório de execução do Fundo REVITA e a Cruz Vermelha e a documentação respetiva. E para fazer parte do acervo da Comissão vamos dar entrada a um requerimento, se não houver ninguém que faça oposição, por forma a que esteja à disposição da Comissão antes da audição, que vai ter lugar, dos representantes da Cruz Vermelha.

Era só esta nota que queria deixar antes de iniciarmos a audição, e, se não houver qualquer oposição, darei imediatamente entrada do requerimento para que a Comissão diligencie nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo. É uma incumbência da Mesa. Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça o requerimento e tudo faremos para obter o documento em tempo oportuno e útil antes dessa audição.

Sr. Dr. Rui Fiolhais, dou-lhe as boas-vindas à nossa Comissão e agradeço a sua presença.

Como os Deputados da Comissão sabem, mas os depoentes nem sempre, informo que as audições funcionam num sistema de três rondas possíveis, sendo que na primeira ronda cada grupo parlamentar terá oito minutos, em modelo de pergunta/resposta; na segunda ronda, quando necessário, haverá intervenções de cinco minutos, de forma seguida, com resposta global no final; e, se for necessário, uma terceira ronda, cada grupo parlamentar terá três minutos, conferindo-se ainda a cada Sr.<sup>a</sup> Deputada ou Sr. Deputado, por si mesmo, a faculdade de poder intervir por dois minutos.

Está também prevista uma intervenção inicial do nosso depoente, querendo, até ao máximo de 15 minutos, no sentido de enquadrar um pouco a sua presença na Comissão. Portanto, o que lhe pergunto é se pretende usar dessa prerrogativa ou se daremos, de imediato, início à audição.

Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais** (Presidente do Conselho de Gestão do Fundo REVITA): — Muito boa tarde, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. A minha primeira pergunta é se posso depor de uma forma um pouco mais liberta, um pouco menos contida, tirando a máscara?

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente à questão colocada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe que esclareça claramente qual é o relatório em falta, porque teremos obviamente muito gosto em entregá-lo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, a questão não se referia a si. Era mesmo uma questão interna da Comissão.

Pretende usar da palavra antes do início da audição?

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero dizer que é com muito gosto que venho a esta Casa da democracia, como sempre viemos – agora no contexto do Fundo REVITA, mas também como Presidente do Instituto da Segurança Social que, por antonomásia, é Presidente do Conselho de Gestão do Fundo REVITA – prestar contas, como é natural.

É com muito gosto que o fazemos e queremos aproveitar até esta oportunidade para esclarecer, eventualmente, algumas dúvidas que possam existir sobre a gestão do Fundo. Folga a moral sabê-lo e acho que é uma forma também importante de termos à vista alguns aspetos que possam eventualmente estar nebulosos, porque nada melhor em democracia do que haver transparência, que sempre foi o farol da nossa vida em termos de trabalho como Presidente do Instituto da Segurança Social e agora também, naturalmente, como responsável pelo Fundo REVITA.

Dito isto, queria aproveitar esta primeira parte, cerca de 15 minutos, para dizer três coisas.

Primeiro, dizer como é que está o Fundo, pois é importante saber como é que ele está, como é que funcionou e o que está a acontecer; segundo, falarmos um pouco sobre as primeiras casas, que, no fundo, é o aspeto crítico que tem sido acompanhado por esta Comissão e que vale a pena também, naturalmente, perceber a génese e o desenvolvimento desta frente em termos do trabalho do Fundo REVITA; terceiro, gostaria muito de falar em algo que acho ser muito importante falar-se aqui, que é as observações que são feitas ou as dúvidas que possam ser colocadas sobre a gestão do Fundo.

Nesse aspeto, sendo um fundo muito escrutinado com auditorias que foram feitas, etc., penso que é uma forma também oportuna, no contexto desta sessão, junto dos Srs. e das Sr.<sup>as</sup> Deputadas, de poder trazer alguma luz sobre as dúvidas que possam existir ou por equipas de auditoria, que, entretanto foram desenvolvendo o seu trabalho legitimamente, de acordo com a sua função, mas que poderão ter trazido para a sociedade portuguesa algumas dúvidas sobre a forma como o Fundo tem evoluído.

Dito isto, e agora se o Sr. Presidente me dá licença, enquadrando a minha presença nesta audição porque, aliás, neste momento estamos a falar não apenas para esta sala mas também para todos os cidadãos e cidadãs que têm interesse nesta matéria, o Fundo foi constituído ou tem como objeto o apoio às populações e à revitalização das áreas afetadas pelos incêndios ocorridos em três concelhos em junho de 2017 – Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

O Fundo agrega a recolha de donativos com vista à sua aplicação integral na revitalização desse território e, enquanto fundo social, o Fundo REVITA é gerido em estreita articulação com os municípios afetados pelos incêndios mas também com as instituições, nomeadamente de economia social da zona afetada.

Do ponto de vista financeiro, até à data, o Fundo REVITA recebeu o apoio de 66 entidades, com donativos em dinheiro, em bens e em prestação de serviços. Os donativos em dinheiro ascendem a 5 446 000 €, aproximadamente. Atendendo à dimensão das responsabilidades do Fundo, pelas razões que irei explicitar mais à frente, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social reforçou o funcionamento e o financiamento do Fundo REVITA no valor na casa dos 2 500 000 €.

Tendo em vista garantir de uma forma eficaz a gestão de todos os donativos conseguidos, foram estabelecidos protocolos com diversas entidades. Recapitulo aqui algumas: a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Fundação Calouste Gulbenkian, a Cáritas Diocesana e a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) que por diferentes razões também irei explicitar. E por esta via foi criado um centro de racionalidade para evitar sobreposição e duplicação de apoios.

Importa notar – e queria sublinhar esse aspeto, à cabeça – que não foram estabelecidos protocolos com outros doadores, não por vontade, naturalmente, do Fundo REVITA mas por vontade própria desses doadores, pelo que a aplicação dos respetivos fundos observa as regras do Fundo REVITA relativamente às primeiras habitações, naturalmente no caso das entidades que celebraram protocolos com este Fundo.

O processo das primeiras habitações atingidas foi resolvido pela Comissão Técnica do REVITA e é importante, aqui, já clarificar qual a constituição dessa Comissão Técnica, que tem três grupos de representantes: três representantes dos municípios, dois ou três representantes técnicos da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Centro (CCDR Centro) e da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI).

A Comissão Técnica foi criada, de um ponto de vista prático, para fazer a validação das habitações abrangidas e a distribuição das mesmas, não só pelo Fundo REVITA mas também por outras entidades que, entretanto,

entenderam que deveriam, com os seus donativos, apoiar a reconstrução daquele território.

Neste contexto foram selecionadas pela Comissão Técnica e atribuídas aos diversos fundos – é disso que se trata, é o universo de que estamos a falar – 259 casas, as chamadas «casas de primeira habitação», sendo de destacar já agora, e frisando também este aspeto, que dessas 259 casas, 244 estão efetivamente reconstruídas. Portanto, há aqui um diferencial de 15 casas, que, por razões que também irei explicitar, não estão totalmente reconstruídas.

O Fundo REVITA tem diretamente a seu cargo – é também importante sublinhar este aspeto – a reabilitação de 99 casas, com um perfil de intervenção mais exigente, já que se trata na sua maioria de reconstruções integrais.

Como sublinharei mais à frente, o Fundo REVITA ficou com as casas que os outros fundos, fundamentalmente, não quiseram reconstruir. Nesta data, das 99 casas, 88 estão concluídas, 5 estão suspensas por razões judiciais, como também irei esclarecer mais à frente, e 6 em execução.

A execução financeira é naturalmente mais faseada, começando-se pelas casas mais complicadas ou mais exigentes. E até do ponto de vista financeiro, que é importante sublinhar aqui, eu diria que o pagamento em termos de reconstrução de casas e apetrechamento, neste momento, ascende a 2 821 000 € como, aliás, está bem refletido no relatório trimestral que o Fundo REVITA coloca no seu *site*.

O Conselho de Gestão decidiu aplicar ainda parte dos donativos do Fundo REVITA a um aspeto que, aparentemente, podia ser lateral, mas que foi um aspeto muito importante no momento em que as cinzas estavam no ar e que teve a ver com a recuperação da atividade dos agricultores e da agricultura de subsistência, cobrindo as necessidades dos agricultores que não podiam ser cobertas por medidas de política pública que estivessem a

ser adotadas nesse momento, entre 1053 € e 5000 €. Ou seja, os prejuízos dentro desta banda financeira foram suportados pelo Fundo REVITA, na medida em que era a forma mais direta e mais rápida, naturalmente, de aportar a essas famílias, a esses agricultores, essa resposta, sendo que nesse âmbito foram atribuídos e processados subsídios a 1131 agricultores no valor total de 3 444 000 €.

Do ponto de vista financeiro – só para fechar este capítulo – o ativo do Fundo REVITA situa-se em 1 598 000 €, portanto, cerca de 1 500 000 €, valor este que permite cobrir confortavelmente os compromissos assumidos em termos de recuperação das primeiras habitações e respetivo apetrechamento.

O segundo capítulo que gostaria de abordar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, refere-se às primeiras habitações.

Relativamente à questão das primeiras habitações importa salientar que, havendo até a emissão de notícias com dúvidas sobre a elegibilidade de determinadas habitações, o Conselho de Gestão do Fundo REVITA não recebeu quaisquer denúncias concretas relativas a dúvidas sobre a aplicação de donativos. E quando digo dúvidas concretas são dúvidas com a identificação de casos ou casas onde houvesse algum tipo de situação que fosse um bocadinho mais dúbia.

Mas, face às notícias veiculadas, o Conselho de Gestão do REVITA solicitou de imediato à Comissão Técnica a avaliação e a informação sobre tais situações, tendo em vista, naturalmente, o cabal esclarecimento da respetiva elegibilidade, para além de ter determinado, desde a primeira hora e como é natural, a suspensão dos pagamentos.

As dúvidas sobre a aplicação de donativos destinados à recuperação de habitações incidiram inicialmente sobre 24 casas. Mais tarde surgiram na comunicação social – prosperaram de uma forma exponencial – dúvidas sobre outros casos e nós, Conselho de Gestão, seguimos sempre a mesma



metodologia. E qual foi ela? Em todos os casos, sempre que houve dúvidas, pedimos à Comissão Técnica que se pronunciasse sobre essas dúvidas e que suspendesse de imediato qualquer tipo de pagamentos.

A Comissão Técnica procedeu à apreciação detalhada de todos os processos em dúvida e a seleção documental, já agora, recaiu sobre diferentes dimensões, que acho importante clarificar. Recaiu sobre os requerimentos dos proprietários, sendo que todos eles têm termo de responsabilidade, ou seja, todos os proprietários assinaram, sob declaração de honra, que as informações que estavam a prestar eram fidedignas, e envolveu, sempre que necessário, a verificação da morada fiscal, a análise da conta da eletricidade daquela unidade habitacional e, por vezes, até a própria visita ao local.

É de notar que os critérios de seleção para as primeiras habitações foram adotados em julho de 2017. Porquê? Porque, numa comparação entre os fundos que, entretanto, foram entrando e a capacidade de resposta face ao número de casas que iam surgindo, percebemos, imediatamente, que não dava para as segundas habitações e, formalmente, esse critério entrou no regulamento do Fundo de Gestão em setembro, na primeira reunião que tivemos a seguir, para estabelecer a linha vermelha entre aquilo que se podia, ou não, financiar.

Mas, admito, e devo também dizer isto com muita frontalidade, que outros fundos poderão ter estabelecido contactos e acordos com proprietários no sentido de financiar outro tipo de habitações, não sei se primeiras ou segundas, mas, aquelas que foram financiadas através do Fundo REVITA seguiram, claramente, este padrão.

Quer isto dizer, fundamentalmente, que, relativamente a outras entidades sem protocolo com o Fundo REVITA, as respetivas decisões de apoio e início de trabalhos de reabilitação foram, em alguns casos, anteriores

ao estabelecimento dessa regra no âmbito do regulamento de gestão do Fundo.

Da análise dos processos pela Comissão Técnica e, mais tarde, na sequência da investigação judicial que o Ministério Público conduziu sobre esta matéria, para a qual o Conselho de Gestão contribuiu de uma forma sistemática, proativa e muito próxima, subsistiram dúvidas em oito habitações de um total de 99 habitações e, caso estas dúvidas tenham por base declarações incorretas, serão, naturalmente, extraídas consequências no foro administrativo, judicial ou financeiro.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, gostaria de falar um pouco – se calhar, com a indulgência de um ou dois minutos, mas é relativamente rápido – sobre o escrutínio do Fundo.

Por acaso, este Fundo é um bocadinho fora do normal, porque tem uma componente pública, no sentido em que a gestão tem agentes públicos mas é de gestão de fundos privados, mas tem tido um intenso escrutínio, desde logo, por parte da Inspeção-Geral de Finanças, a quem cabe, naturalmente, exercer o controlo e a fiscalização da gestão e emitir um relatório sobre o parecer e contas.

Os pareceres anuais emitidos atestam que as respetivas contas apresentam de forma verdadeira e apropriada o desempenho do Fundo. Aliás, há um que ainda não está publicado, porque depende da homologação do Ministério das Finanças e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social, e, por razões puramente formais, essa homologação não chegou até hoje. Porém, queria adiantar, desde já, que é um parecer sem reservas.

Por outro lado, este é o único Fundo que divulga, com regularidade trimestral, como sabem, a respetiva execução. O seu desempenho foi, também, objeto de escrutínio da Assembleia da República – admito que tenha sido nesta mesma sala, pois lembro-me de aqui ter estado, ou numa

homóloga, muito perto – e desta Comissão de Inquérito, que é público testemunho da atenção que a sociedade portuguesa dá à aplicação destes fundos.

Ora, justamente por incidir na Assembleia da República, através de um dos seus grupos parlamentares, foi desencadeada uma auditoria por parte do Tribunal de Contas. Como é relevante e há, de facto, um conjunto de observações que vale a pena esclarecermos, queria dizer, de uma forma muito clara, qual é a posição do Conselho de Gestão deste Fundo relativamente a essas observações.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, por conseguinte, permitam-me que partilhe algumas breves notas. Desde logo, o Conselho de Gestão do REVITA registou, de forma positiva, que, no âmbito da auditoria ao Fundo, o Tribunal de Contas concluiu que foram, e passo a citar, «observados os princípios e as recomendações aplicáveis à ajuda humanitária», e, acrescentou, «providenciando a assistência com base na definição de necessidades de apoio, realizada de forma célere, multidisciplinar, quanto ao envolvimento de várias organizações, com procedimentos que favoreceram a objetividade e a coordenação da ajuda, de modo a evitar a duplicação de apoios».

Acrescenta a mesma auditoria que o modelo de gestão integrava, e passo a citar, «a definição de uma estrutura organizativa, com divisão de responsabilidades e competências (...) e que houve sempre articulação e partilha de informação entre as principais entidades na área de apoio à recuperação de habitações».

Diz a mesma auditoria – e estou sempre a citar – que «o apetrechamento de habitações decorreu de acordo com a estratégia definida, com recurso a uma base de dados de bens doados num procedimento que se afigura sem reparos».

Mais concluiu, e para terminar, terem sido definidas regras e procedimentos para a concessão de apoios, pela identificação de doadores e de donativos e pela «observância de um grau elevado de concretização dos apoios em tempo razoável. Os apoios foram, em geral, distribuídos para os fins destinados, na proporção das necessidades, e foi, em regra, salvaguardada a sua eficiência através da não sobreposição de apoios».

Se entenderem útil, poderei, neste momento, continuar apesar de já ter ultrapassado o tempo...

**O Sr. Presidente:** — Faça favor de continuar.

**O Sr. Dr. Rui Fiolhais:** — Terei muito gosto, até porque há algumas observações feitas pela equipa da auditoria sobre as quais vale a pena conversarmos em conjunto. É que, não obstante as conclusões apresentadas, entendemos que a auditoria integrou um conjunto de observações imprecisas, e vou explicar porquê.

O Tribunal de Contas é uma entidade de controlo e de fiscalização – e aproveito esta oportunidade para saudar o Conselheiro José Tavares, que aí assume funções neste momento, com quem trabalhei, já há muitos anos, enquanto Presidente do Instituto da Segurança Social, numa lógica de articulação institucional muito positiva – e, como tal, a avaliação da atuação do Fundo foi efetuada em função daquilo que a equipa da auditoria do Tribunal de Contas entendeu que poderia ter sido estabelecido e não em função da conformidade face ao que ficou definido do ponto de vista legal, legislativo, para o Fundo REVITA.

Ou seja, ao contrastar a realidade analisada com um modelo teórico ideal, não com cinza no ar, mas um ano e meio depois de a casa estar limpa e com um grau de exigência comparável a sistemas institucionais consolidados, a auditoria, na nossa opinião, sublinho, e com o devido

respeito pelo Tribunal de Contas, não valorizou devidamente as circunstâncias de emergência que determinaram a urgente montagem, num curto espaço de tempo e a partir da estaca zero – repito, a partir da estaca zero! –, de um aparelho de resposta à crise social gerada pelos incêndios.

Por outro lado, e apesar de a auditoria reconhecer que o Fundo REVITA é uma entidade «com reduzido poder de autoridade», não dispondo, segundo diz o Tribunal de Contas, «de uma máquina administrativa de suporte específico», na nossa opinião, afiguram-se manifestamente desproporcionadas as exigências que foram colocadas face às diferentes intervenções que a equipa de auditoria entende que o Fundo poderia ter desenvolvido, caso fosse outro o enquadramento, caso fosse outro o jogo que tinha sido jogado.

Cumpramos também observar que o grau de transparência exigido, na nossa opinião, não valorizou devidamente as circunstâncias de emergência social em que se debruçaram os apoios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, vai-me permitir a interrupção, só para tentar perceber o seguinte: eu não queria substituir uma intervenção inicial de enquadramento por uma conferência sobre o tema em que, depois, toda a riqueza da dinâmica do debate, da pergunta, da resposta e da contra-pergunta possa ser aqui comprometida.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Tem toda a razão!

O Sr. **Presidente**: — Não duvido da pertinência do que está a dizer, não duvido mesmo, nem os Srs. Deputados duvidam, mas como, garantidamente, vai ter de voltar ao tema, pedia-lhe que, quando muito, fizesse uma súmula para fechar a sua intervenção, a qual agradeço, reservando até partes que não tenha referido e aproveitando depois as

perguntas – porque o tema é sempre o mesmo – para poder melhor explicitar. Agradecia-lhe muito.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr. Presidente, é uma excelente sugestão, porque, naturalmente, tudo o que fazemos na vida não é só com a cabeça, fazemo-lo também com o coração e é natural que falemos detalhadamente sobre os assuntos.

Terei muito gosto em poder voltar a algumas observações que foram feitas, até porque é importante contrastar. Como já alguém disse, há sempre uma certa tensão entre quem avalia e quem é avaliado, e, portanto, terei todo o gosto em voltar a falar deste tema.

Permita-me, então, que entre no último momento da minha intervenção, de uma forma muito sintética, para vos dizer que a equipa de auditoria entendeu comparar a realidade com um modelo que não foi o adotado. Quando assim é, como é natural, a realidade nunca tem uma avaliação adequada, na minha opinião, face aos parâmetros da sua atuação. Isto acontece em qualquer processo de avaliação de qualidade.

O desempenho do Conselho de Gestão do Fundo REVITA deve ser avaliado face ao modelo de gestão definido. Então, vamos olhar para as recomendações, que foram oito: uma à Assembleia da República, três ao Governo e quatro ao Conselho de Gestão.

Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, vou recapitular as quatro recomendações que foram dirigidas ao Fundo REVITA. Primeira: reponderar os casos de suspensão de pagamentos. Estão reponderados e os únicos pagamentos que não estão a ser feitos são aqueles que estão sob escrutínio judicial.

Segunda: proceder à publicitação de todos os apoios concedidos. Vou pedir ao Sr. Presidente a indulgência só para fazer um parêntesis um bocadinho maior. Na altura, a oportunidade de colocar na rua uma descrição

exaustiva dos pagamentos ou dos apoios que estavam a ser dados era alimentar uma espiral descontrolada, um incêndio mediático descontrolado que se virava contra a paz e a tranquilidade social naquele território. Esta é uma afirmação que não tenho problema rigorosamente nenhum em explicar.

O Sr. **Presidente**: — Mais tarde!

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Mais tarde, como é natural.

*Risos.*

Terceira recomendação apontada pelo Tribunal de Contas: melhorar o reporte da execução do Fundo. Foi o que fizemos, já depois deste processo mais turbulento, naturalmente, passando a publicar toda a informação sobre a matéria.

Quarta: promover a utilização das verbas remanescentes. É para isso que aqui estamos. É o que estamos a fazer e o que continuaremos a fazer com os municípios.

As recomendações estão implementadas, o trabalho está feito.

Fico agora ao dispor dos Srs. Deputados e das Sr.<sup>as</sup> Deputadas para responder às questões que queiram ver esclarecidas. Muito obrigado pela vossa atenção e pela indulgência neste enquadramento.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor. Agradeço a sua primeira intervenção, que, certamente, abriu ainda mais pistas para a nossa discussão.

A nossa audição começa pelo Grupo Parlamentar do PSD, dado que é um agendamento de natureza potestativa. Assim sendo, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup>

Deputada Emília Cerqueira, que dispõe de 8 minutos para fazer perguntas ao depoente, com a tolerância do costume.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço, desde já, a intervenção inicial, que foi longa e nos permitiu abrir caminho, pelo que irei já à questão do relatório do Tribunal de Contas, porque, compreendendo que o Sr. Doutor tenha referido umas partes do relatório, a verdade é que nós pretendemos esclarecer outras.

Tanto quanto é do conhecimento do PSD, esta é a primeira vez que o senhor se dispõe a responder sobre o relatório do Tribunal de Contas, uma vez que, aquando da auditoria, pelo menos que eu saiba, não houve declarações por parte do Sr. Doutor, sendo que esteve, praticamente desde a primeira hora, no REVITA como representante da Segurança Social.

Assim, gostava que me esclarecesse duas questões muito prévias. Primeira, não estamos a falar de fundos privados, pois, a partir do momento em que temos fundos públicos neste Fundo, estamos a falar da gestão de fundos de donativos – e, aliás, também já há um regime internacional para a utilização de donativos e de fundos públicos –, portanto, é o Estado que torna este Fundo com carácter público, integrando também nele fundos privados. É assim ou não? Não estamos a falar de fundos privados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, agradeço a sua questão e, relativamente à sua primeira observação, de que não houve declarações por parte do Conselho de Gestão relativamente a esta matéria, permita-me infirmar a sua observação...



A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Não; declarações do Sr. Doutor!

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — No meu caso, tive oportunidade de o fazer, mas, sobretudo, no contexto institucional, porque nós somos nós próprios e as nossas responsabilidades. Sou Presidente do Conselho de Gestão do Fundo REVITA, não sou, propriamente, uma personagem neste processo. Sou, fundamentalmente, um responsável institucional e, como tal, imediatamente a seguir a essa auditoria, o Conselho de Gestão do Fundo REVITA publicou a sua posição no *site* do Fundo. A Sr.<sup>a</sup> Deputada poderá, naturalmente, verificar isso com uma certa facilidade.

Dito isto, este é, como disse e muito bem, um Fundo que tem uma originalidade pelo facto de ter fundos privados.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, os fundos públicos entraram nesta equação por razões de necessidade operacional, porque seria sempre um fundo privado, à cabeça. No limite, não fosse o caso das situações que tivemos de enfrentar de resposta aos incêndios na componente dos agricultores, provavelmente, a resposta seria que é um fundo totalmente privado gerido com esta componente pública e privada... Não sei se me faço entender.

Dito isto, naturalmente que, pelo facto de ter uma dimensão pública, por o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ter aportado um suplemento financeiro, há duas dimensões que não posso deixar de sublinhar e, até, de enaltecer. A primeira é a de que o Fundo esteve onde foi preciso, e, mais à frente, poderei explicar, de viva voz, de onde vem essa força, até porque estive no terreno desde o primeiro dia, estive fisicamente nos incêndios.

Por outro lado, o facto de ter um suplemento público... Neste momento, o Fundo só tem um pouco mais de meios financeiros para poder aportar ainda esta questão, porque o Estado entrou, a dado momento, nesse processo. De qualquer modo, não deixa de ser um fundo privado, com esta

originalidade. O Tribunal de Contas chegou ao ponto de ter dúvidas sobre se poderia, ou não, fazer uma avaliação deste Fundo. Mas ainda bem que a fez, porque acho que não há nada como sermos avaliados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — É importante que fique claro, para quem nos está a ouvir – se calhar, não tanto para os intervenientes desta Comissão –, a questão de que temos aqui fundos públicos e também quero deixar-lhe esta nota, para que não haja dúvidas: o PSD nunca esteve contra a criação do REVITA nem contra a agilização destes processos, na altura em que eles aconteceram. Isso nunca esteve em causa!

A outra questão prévia, porque muito tem sido aqui discutido, tem a ver com o regulamento do REVITA que, de facto, não proíbe as segundas habitações, é omissivo quanto a essa matéria, mas houve uma decisão clara nesse sentido. Aliás, referiu aqui, mas quero que confirme, que há que fazer escolhas quando os fundos são limitados e houve uma escolha efetiva e assumida de que era apenas para primeiras habitações. É assim ou não?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, confirma?

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sim, Sr.<sup>a</sup> Deputada, confirmo. Em termos de gestão é sempre importante fazermos uma relação entre os meios disponíveis para responder às necessidades e as necessidades que têm de ser satisfeitas. E foi essa, de facto, a opção que foi tomada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Essa questão já se colocou tantas vezes, em tantas reuniões, mas parece-nos que o Presidente do Conselho de Gestão é a pessoa certa para nos dar a resposta e para que essas dúvidas deixem de existir.

O PSD, naturalmente, tem consciência de que todo este Fundo foi criado, na altura, numa situação muito difícil. Mas, já agora, porque é importante que se tirem lições do planeado, do pensado e do que é novo, para o caso de acontecerem novas situações destas, pergunto-lhe, na sua opinião, enquanto elemento que, desde o início, de julho de 2017, esteve no Fundo REVITA, se considera que o processo correu bem. A forma como foram agilizados os processos foi a melhor? Que lições devemos aprender em relação ao que não funcionou tão bem, nomeadamente no escrutínio, nos levantamentos, na aplicação, nas regras a serem definidas, na forma como foram implementadas no terreno e na articulação e no poder de decisão de cada um dos *players* no terreno? Qual foi o papel de cada um e qual foi o controlo que os outros, nomeadamente as entidades públicas, porque são essas que podemos escrutinar, como é óbvio, tiveram no escrutínio e na confirmação da informação que vem e que, às vezes, pode não ser a mais rigorosa?

Gostava de saber como foi feito todo esse processo.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, agradeço a sua questão e devo dizer que é um agregado de questões que daria uma conferência. Desculpe esta frontalidade, mas tenho de lho dizer.

Poderei responder de forma sintética dizendo que, dadas as circunstâncias, e tendo sido um modelo montado com base em orientações que foram transmitidas ao Conselho de Gestão, num contexto de cinza no ar, direi que este Fundo funcionou bem, funcionou com base num padrão e

numa escolha que foi política relativamente ao envolvimento das comunidades locais.

Não compreenderia o funcionamento deste Fundo de costas voltadas para as populações. E quem é que representa as populações? Os Srs. Deputados sabem quem as representa. As autarquias representam o povo e, portanto, as autarquias locais foram escolhidas como interlocutores deste processo.

Este processo foi desenvolvido e, se quiser que lhe diga, com alguma capacidade de síntese, o que é mais difícil, neste processo, é a girândola, a fogueira mediática que foi acesa à volta dele e que, muito provavelmente, teve uma dimensão muito comparável aos próprios incêndios.

A sociedade portuguesa, que é muito baseada na solidariedade e na generosidade, no melhor que ela tem, escolheu, por alguma razão, que ainda hoje, ou um dia, tentarei decifrar, um caminho que foi muito baseado na suspeita e na dúvida. Devo dizer que este é um Fundo que conseguiu reconstruir praticamente todas as casas que lhe foram entregues. Foram reconstruídas com uma sombra de dúvida sobre um total de oito casas. É muito? É pouco? Não sei!

O que direi é que, como portugueses, temos de assumir as nossas responsabilidades. O Fundo assumiu as suas. Os proprietários que apresentaram os seus requerimentos fizeram-no também com base em termos de responsabilidade, sob proteção de honra.

Os municípios que os avaliaram – porque era esse o modelo que tínhamos, como sabe, o Conselho de Gestão não escolheu o modelo de intervenção, aplicou o modelo que foi determinado superiormente pelos órgãos legítimos do Estado português – fizeram-no, naturalmente, com consciência, com um enormíssimo sentido ético, devo dizê-lo, e com o sentido também humanitário de chegar o mais cedo possível a uma solução que permitisse pôr as pessoas dentro de casa.

Fizemo-lo, até hoje, e continuaremos a fazê-lo, sempre neste quadro desassombrado de valores dos quais não abdicamos.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Depreendo que não tem falhas a apontar... Ou fui eu que percebi mal?

O Sr. **Presidente** — A pergunta foi provocatória...

Tem a palavra para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, as provocações fazem parte da vida e as falhas também.

Portanto, devo dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada que é muito fácil matar a pantera depois de morta. Olhando para trás podemos dizer que Portugal ontem podia ter jogado no estádio de Alvalade de outra forma nos primeiros 25 minutos! É fácil dizer isso da bancada...

Num contexto extremamente exigente, difícil e humanamente doloroso – «quem não se sente não é filho de boa gente» e eu estive no terreno desde a primeira hora –, devo dizer, de coração aberto, que o que se fez foi o que poderia ter sido feito em poucas semanas e foi feito num quadro de exigência ética e moral. Aliás, sobre isso, eu, pessoalmente, quero dizer o que sempre disse na minha vida que é: vou responder por ele. E estou aqui também desassombradamente, sem máscara na cara – ainda bem que posso tirá-la!

Isto para lhe dizer que nenhuma opção foi tomada com base em venalidade ou dúvida sobre comportamentos. E não se fez porquê? A Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem pouco tempo para montar um modelo e tem de montar o melhor modelo possível, não é um ano e meio depois... E tem de montar esse modelo, comparando-o com as melhores práticas internacionais e tem de aplicar um modelo que seja capaz de aportar uma segurança razoável e

plausível, com base nos representantes das populações, e uma solução que seja válida para as legítimas expectativas das pessoas que ficaram sem casa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, permita-me um aparte: eu própria estive nos incêndios, conheço a tragédia, também lá estive pessoalmente e acompanhei.

Compete, ou não, àqueles que são os decisores e que são nomeados pelo Estado, pela Administração não estarem eivados por essa emoção para tomarem decisões pensadas, racionais e ponderadas?

Gostava que me respondesse.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, para lhe responder, devo dizer que, como é natural, em gestão não há emoções.

Sou gestor público e as minhas decisões tomo-as não com base em aflições ou em medos, mas num quadro de racionalidade plausível. Queria assegurar-lhe que as decisões que foram tomadas pelo Conselho de Gestão foram sempre nessa base, sem pressões, sem aflições, mas, sobretudo, com este sentido último do serviço público.

Quem faz serviço público na vida sabe isso e a Sr.<sup>a</sup> Deputada também o faz. Fazer serviço público não é apenas seguir o nosso entendimento racional das situações é também sermos embalados e motivados pela missão de servir bem as populações. Portanto, devo dizer que foi sempre esse o nosso músculo interior.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Doutor, relativamente às habitações, temos de fazer uma distinção clara entre aquelas que tiveram apoio de fundos públicos, nomeadamente do REVITA, e as que tiveram apoio de outras instituições que, tanto quanto sabemos, foram intervencionadas por indicação, muitas delas, ou da CCDR ou do Fundo REVITA, mas que puderam optar por aplicar os fundos como entenderam ser melhor, ou seja, primeiras ou segundas habitações essa foi uma decisão das entidades, que não são públicas, no que diz respeito a esses donativos.

Vou separar umas das outras, porque me parece ser pertinente que isso se faça. Nota número um: as pessoas que são vítimas e que perderam os seus haveres, naturalmente seguem as indicações que lhes são dadas, por forma a conseguirem ver a sua vida, já tão afetada, refeita dentro do que é possível.

No entanto, pergunto-lhe o seguinte: consta especificamente do Fundo REVITA qual o valor por metro quadrado das obras, tal como consta do regulamento que, no caso de haver desvios aos valores destas obras por metro quadrado de construção, tem de ser fundamentada a razão.

O Tribunal de Contas, julgo que na página 94, se não estou em erro, já que as sei, mais ou menos, de cor, chama a atenção para o facto de em nenhuma das obras levadas a cabo sob supervisão do Conselho de Gestão do Fundo REVITA haver a justificação das que extrapolaram os valores, e são quase todas, pelo que percebemos. Portanto, não houve justificação dessa extrapolação.

O que é que foi feito? Não foi pedida a confirmação? Não foi pedida a verificação? E já não estamos a falar no momento de intervenção imediata para fazer face à sobrevivência e às necessidades básicas. Porque é que isso não foi feito? Permitir-me-á o aparte, mas parece-me ser básico na boa aplicação e gestão de fundos que se faça esta conformidade, que se confirme e se verifique o porquê de não estar dentro dos quadros-padrão, já que não

há justificação. Gostava que me explicasse o porquê de não haver qualquer justificação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o modelo de intervenção, por parte do Fundo REVITA, foi baseado numa lógica que gostaria de clarificar um pouco, até para ajudar um bocado a perceber a mecânica, porque a mecânica aqui é importante.

Um proprietário que sofreu um dano na sua habitação, que, no limite, obriga à sua reconstrução, apresenta um pedido com um, vamos chamar-lhe, termo de responsabilidade, dizendo: «isto são as declarações verdadeiras». As câmaras municipais analisam essa proposta, esse requerimento, e apresentam-no à Comissão Técnica.

A Comissão Técnica integra elementos das câmaras – aliás, das duas câmaras e não da mesma de onde vem esse requerimento – e da CCDR Centro e os padrões de pagamento que estão definidos são escrutinados pela CCDR.

O que é que isto quer dizer? Qual é a função da CCDR? Isto é importante, Sr.<sup>a</sup> Deputada, para perceber. O que é que a CCDR faz? A CCDR faz um crivo, um escrutínio de qualidade de despesa. Ou seja, toda a despesa que é apresentada ao Conselho de Gestão, porque um conselho de gestão, como sabe, não tem órgãos próprios, não tem uma «polícia judiciária» de habitações, não tem um departamento de fiscalização que permita fazer essa avaliação... Isto é, a CCDR funciona aqui como crivo financeiro, avalia e diz: face à execução que foi feita da obra *x*, *y* ou *z*, essa obra reúne os requisitos para o Conselho de Gestão poder fazer os respetivos pagamentos.

Queria dizer-lhe que, até hoje, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não houve nenhum pagamento feito pelo Conselho de Gestão que não passasse por esse crivo.



Não desconfio... Há uma música de Elvis Presley que diz que não podemos progredir em conjunto com mentes suspeitas, *suspicious minds*... Não podemos ir para a frente, achando que a CCDR não está a fazer o seu trabalho ou que as câmaras não estão a fazer o seu trabalho.

Temos é de garantir que haja diferentes níveis de validação da qualidade da despesa. Ora, se a CCDR – e não tenho razões para duvidar da sua qualidade, nem da sua militância administrativa nesta matéria – faz a sua avaliação, o Conselho de Gestão toma as suas decisões com base nas propostas que são apresentadas pela Comissão Técnica.

Faço-me entender, Sr.<sup>a</sup> Deputada?! Não tenho forma de escrutinar, a menos que seja um *Deus ex machina*, como se observasse o mundo num drone imaginário e conseguisse chegar a todo o lado e a todo o tempo.

Direi que, se em algum aspeto, o valor do metro quadrado ou do que for não tenha sido totalmente respeitado, espero, e digo isto com toda a frontalidade, que seja, como sempre foi, fundamentado em razões que são atendíveis. E vou dizer-lhe porquê até porque é importante no âmbito deste diálogo, ou desta nossa troca de impressões, ou desta audição, como lhe chama o Sr. Presidente.

Quando, nós, temos população que olha para uma obra ao lado... Vou dizer as coisas como são, conversa de rua... Quanto temos uma obra de uma casa que é, como se diz nos Açores, «porta/janela»... Sabem do que é que estou a falar? De uma casa minúscula, sem qualidade de vida rigorosamente alguma, a quem lhe faltava uma casa de banho, e quando, no contexto destas opções técnicas, foi colocada uma casa de banho, e essa casa ficou com mais 3 ou 4 m<sup>2</sup>, não sei quanto terá, mas, seguramente, será minúscula como a casa, e tenho pessoas na rua a dizer «estão a fazer-lhes um palácio!...», a Sr.<sup>a</sup> Deputada percebe os cuidados que tivemos?...

O Sr. **João Dias** (PCP): — É com isso que o PSD está preocupado!

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Não é, não!

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Digo-lhe isto, porque recebi essa observação por escrito: «Estão a fazer-lhes um palácio!».

Portanto, nunca houve nenhum pagamento feito pelo Conselho de Gestão que não tenha sido objeto de um escrutínio financeiro por parte da CCDR, que é um organismo público.

Quanto a isso, é o que posso dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Portanto, se estou a perceber, o Conselho de Gestão limitava-se a pagar, consoante a decisão da CCDR, independentemente do que nos é chamado à atenção na auditoria ao dizer, claramente, que «esta matéria devia ter sido abordada nas propostas de decisão do financiamento, tanto mais que eventuais desvios do custo máximo exigiam fundamentação e assentimento expreso por parte do Conselho de Gestão».

Mas o que me está a dizer é que – para ver se eu percebi bem –, quase que em dominó, foi-se confiando uns nos outros, e, portanto, o Conselho de Gestão não escrutinava o que vinha da CCDR, ponto final.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Agradeço a sua questão e não a vou devolver, porque o seu trabalho é escutinar, como é natural, mas devo dizer o seguinte: dizer que se a CCDR validou está tudo bem, também é uma forma simplicista de olhar para um processo administrativo.

Como sabe, um processo administrativo tem muitas fases e quando chega à validação financeira já houve fases que foram vencidas e que tiveram observações que foram feitas no terreno, ou que tiveram avaliações administrativas.

Podemos ter duas formas, dois ângulos possíveis, de decisão: uma decisão baseada na confiança administrativa e estamos a falar de órgãos de Estado com funcionários que têm responsabilidades e deveres que decorrem do código ético e da administração pública, que decorrem do estatuto de funcionários públicos e são funcionários que cumprem a sua missão de acordo com esses padrões; ou, então, achamos que, perante tudo o que chega ao Conselho de Gestão, o Conselho de Gestão tem de se pôr num carro e ir verificar, não sei muito bem como, Sr. Deputada, administrativamente, caso a caso, o que é que aconteceu.

Devo dizer-lhe com esta frontalidade, porque lidar com estes casos, nem são muitos são duzentos e tal, mas lidar com centenas de milhares de casos, se tivermos uma visão da missão administrativa, dessa forma corremos o risco sério de a desmantelar do ponto de vista daquele que é um propósito do Estado de direito, ou seja, um Estado de direito é baseado em instituições e as instituições que funcionaram nesta matéria fizeram o seu trabalho e o Conselho de Gestão trabalhou com base nas informações que, naturalmente, essas instituições lhe apresentaram.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — A minha pergunta tem a ver com o facto de o Tribunal Contas dizer, claramente, que essa regra não foi observada. Para que fique claro, eu também estava a citar o Tribunal de Contas enquanto lhe fazia a pergunta, isto para que não fique aqui nenhuma dúvida.

Queria, agora, passar a outra questão sobre os fundos para a agricultura que não estavam em lado nenhum referidos. Ao contrário do que, às vezes, se tenta aqui criar a ideia, o PSD é a favor que se tenha apoiado a agricultura, mas o PSD tem é algumas reservas sobre o processo que foi seguido, tanto mais que o próprio Tribunal de Contas refere – e não é despidendo o que vou referir – relativamente a estes apoios que, e cito: «Refira-se que as autarquias locais mencionaram não ter tido qualquer conhecimento sobre os apoios concedidos pelo Fundo REVITA aos agricultores. A falta de partilha de informação entre doadores e entidades envolvidas na assistência, associada à falta de publicitação da lista de benefícios concedidos, não facilitou, neste caso, uma ajuda eficiente.»

Ora, para além de não estar inicialmente previsto, nós acabamos por ter, pelas audições e documentação que fomos vendo, uma entidade que nem sequer fazia parte do Fundo REVITA, o fundo de gestão, a dar ordens diretas digamos assim, permita-me esta falta de rigor, ao Fundo REVITA para entregar fundos.

E, Sr. Presidente, parece-lhe que esta é a melhor forma de tratar donativos com uma entidade que não tem quem a escrutine nem controle? Como é que foi feito esse escrutínio e controlo, tendo em conta estas anotações do Tribunal de Contas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, relativamente à sua primeira observação, queria dizer-lhe, com clareza,...

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Está aqui no relatório de auditoria do Tribunal de Contas.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sim, está aí, mas o facto de estar aí não faz disso nenhuma Bíblia!

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Pois não!

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — E já expliquei porquê, porque a equipa de auditoria do Tribunal de Contas fez uma comparação não entre aquilo que o Fundo tinha de fazer mas entre o que deveria ter feito se fosse outro o modelo.

Portanto, quanto a isso já disse o que pensava sobre esse assunto e vale o que vale.

Relativamente a essa observação dos agricultores agradeço a sua pergunta, pois acho-a importante, porque, em bom rigor, o Fundo REVITA tem três dimensões de intervenção: primeira, a recuperação de habitações, reconstrução, reparação, etc., vai desde a janela até reerguer de novo; segunda, de reapetrechamento; terceira, e o facto de ser a alínea c) não deixa de ser uma alínea dentro do mesmo número e, juridicamente, acho eu, vale o mesmo, a verdade é que nessa alínea c) se diz que pode tomar as decisões que entender para garantir que, de acordo com os seus meios financeiros e com o seu propósito e a sua missão, consiga ir ao encontro de necessidades urgentes e imediatas que não logrem uma resposta do ponto de vista de medidas de intervenção pública.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque é que o Fundo REVITA interveio? Interveio porque havia um buraco na capacidade de resposta do Estado. Entre os 1053 € e os 5000 €, e a Sr.<sup>a</sup> Deputada poderá fazer esse escrutínio, como é natural, aliás, até é importante que seja feito...

Por que razão é que, nessa altura, esse montante ou, digamos, essa faixa financeira não estava coberta? Não estando coberta e sendo necessário cobri-la, qual era a forma mais direta de isso ser feito? A forma mais direta

de isso ser feito, ou seja, a forma mais direta de ir ao encontro das necessidades do Sr. Manuel, do Nodeirinho, que perdeu as suas videiras, perdeu as suas galinhas, perdeu as suas alfaias e que perdeu a sua alegria de viver, foi, naturalmente, que o Fundo REVITA se chegasse à frente, e foi o que fez, mas ao chegar-se à frente não ficou para trás. Porquê? Porque disse: se estamos a assumir uma responsabilidade e tivemos de ir ao encontro de uma necessidade efetiva das populações, que é para isso que, efetivamente, nós aqui estamos na vida, naturalmente que o Estado terá de assegurar, de uma forma ou de outra, uma compensação do esforço financeiro que está a ser feito.

Daí a explicação dos 2,5 milhões de euros que foram aportados ao Fundo REVITA, e foram-no, devo dizê-lo, porque é importante que isso fique esclarecido até para que não haja dúvidas nesta matéria, porque um outro órgão do estado, que é a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP Centro), fez um levantamento no terreno que estará, seguramente, documentado do ponto de vista administrativo e que disse ao Fundo REVITA que estes agricultores, que são 1153 – não sei se estou a falhar no número mas estou a citar de memória – que têm prejuízos entre 1053 € e 5000 € ficaram sem nada do ponto de vista do que é a sua, vou chamar-lhe, muitas vezes...

Eu estou a dizer isto, mas estou a dizê-lo com emoção, porque eu estive lá... Aquilo era tudo para essas pessoas, para algumas pessoas era mais do que telhas ou telhados ou... Era a sua vida que ali estava!

Então, se podemos ajudar ao granjeio, se podemos ajudar a recuperação da horta, se podemos ajudar a pôr lá outra vez os coelhos e as galinhas, se podemos fazer isso e podemos fazê-lo de forma lícita, de uma forma correta, do ponto de vista administrativo, com o esteio e com a garantia da Direção Regional do Ministério da Agricultura, por que razão é

que não o devemos fazer? Alínea *c*) desta disposição do nosso regulamento. Fizemos aquilo que tínhamos de ter feito.

Do ponto de vista financeiro foi uma punção elevada? Foi, naturalmente, quando nos comparamos até com o investimento nas casas até foi mais, mas foi o que tinha de ser feito quando as cinzas estavam no ar, Sr.<sup>a</sup> Deputada, e não fazermos isso era demitirmo-nos da nossa responsabilidade.

Sabe uma coisa? Gerir é decidir e, muitas vezes, como, aliás, está aqui à vista de toda a gente, quando tomamos as nossas decisões de gestão temos de explicá-las e eu estou aqui para as explicar com discernimento. Não foi uma coisa que nos apeteceu fazer... Foi a coisa que tinha de ser feita para que aquela vida fosse um bocadinho melhor.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Para terminar, porque já sei que o meu tempo vai longo, gostaria de dizer o seguinte: primeiro, com isto, acabou-se ou não por, muitas vezes, fruto da emoção, não se decidir da melhor maneira?

Quero ainda deixar-lhe uma nota final, que ficará para segunda ronda, mas que tem a ver com o que referiu na sua introdução inicial, ao dizer que a publicitação era uma forma de retirar paz social, estou a parafraseá-lo e pode haver aqui alguma falta de rigor da minha parte. Deixo-lhe uma pergunta sobre esta matéria: é como disse, ou a falta de paz social apareceu por falta de publicitação?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, à sua primeira pergunta, que é legítima, como é natural, sobre se as decisões são tomadas com emoção, a resposta é não!

Sobre se as decisões são tomadas e aplicadas com emoção, a resposta é sim! Nada que façamos num serviço público pode estar desligado...

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Todos nós!

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Todos nós! Compreenderá, com certeza!

A segunda questão tem a ver com o facto de haver ou não publicidade. Sr.<sup>a</sup> Deputada, já tive oportunidade de lhe dar um exemplo, mas podia dar-lhe vários exemplos de como a publicidade pode ser adversa.

Quando se criou um «incêndio» mediático à volta deste incêndio, já depois de ele ter ocorrido, as motivações podem ter sido as mais díspares. Devo dizer que não serei a pessoa mais adequada para fazer essa anatomia... Um jornalista, se calhar... Se um dia quiserem fazer jornalismo sobre jornalismo um dia vão lá chegar...

Mas, como sabe, havia programas, nessa altura, em que aquilo era sistemático, ou seja, tinha de sair e o que saía era muito baseado em informação e em desinformação e, como sabe, a informação quando é combinada com desinformação é um *cocktail* do ponto de vista sensacionalista que funciona muito bem.

Portanto, olhando para isto temos oito casas em 99 que estão sob dúvidas legítimas do Ministério Público, e estamos a falar de um órgão do Estado que tem legitimidade para fazer essa avaliação. Veja quantas casas é que estiveram sob dúvida, veja os dias e dias, noites e noites que foram passados com esta nuvem enorme em cima da cabeça, como se quem estivesse a trabalhar neste projeto ou quem estivesse a trabalhar nas suas funções fosse objeto de uma dúvida geral...!



Veja o que é estar a falar com alguém que sem receber um cêntimo por estas funções o fez até hoje e continuará a fazê-lo com o sentimento que não pode ser desligado também da prática administrativa, que é um sentimento de servir as populações.

Chegamos a este porto e dizer que se tivéssemos feito essa publicitação, nessa altura, de uma forma que colocasse na rua uma identificação clara das opções que foram tomadas ao longo deste processo e, como sabe, as opções não foram sempre as mesmas, foram evolutivas em função, naturalmente, do escrutínio que foi sendo feito, eu respondo à sua pergunta com muita naturalidade e com muita tranquilidade para lhe dizer que se há convulsão, se há intranquilidade à volta deste processo não é por falta de publicitação; é pelo facto de ter sido feita desinformação à volta disto.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a primeira ronda por parte do PSD, dou a palavra ao Sr. Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. Presidente do Conselho Gestão do Fundo REVITA, Dr. Rui Fiolhais, que já nos deixou aqui esclarecimentos, até na sua declaração inicial, que acabaram por obviar algumas das questões que iríamos colocar.

De qualquer forma, o PCP não pode deixar de referi aquela que tem sido a nossa perspetiva e a nossa apreciação desta Comissão de Inquérito. Naturalmente, que os incêndios de 2017 jamais serão esquecidos, eu direi, não pela população em geral mas, principalmente, pelas gentes daquele território que perderam em poucas horas tudo o que tinham conseguido numa vida de esforço e que viram o seu rendimento, o seu aforro, comprometido.

Nesse sentido, achamos que não bastava já a cobertura mediática, que veio criar uma nuvem de suspeição sobre aquele território e aquela população, como a criação de uma comissão de inquérito que ainda veio alimentar mais essa ideia de aproveitadores e transformar as vítimas em culpados de tudo aquilo...

O PCP tem denunciado aquela que tem sido a perspetiva e a forma como o PSD se preocupou com o facto de uma habitação ter ficado com mais 50 ou 60 cm de pé direito, ou se ganhou mais alguns metros quadrados... É a qualidade de vida que está em causa, tendo em consideração que quem iria reconstruir e reabilitar as habitações também teve de olhar numa perspetiva de condições de dignidade para a população e para quem perdeu a habitação.

Enquanto andarmos nesta discussão a tentar procurar e identificar quem, eventualmente, possa ter cometido alguma ilegalidade, e se as houve isso terá de ser apurado, pois não pactuamos com ilegalidades.

Aliás, deixamos aqui duas notas principais: uma, se houve ilegalidades há órgãos próprios que devem investigar e é a esse nível que essas ilegalidades devem ser solucionadas e esclarecidas; outra, uma preocupação muito grande que o PCP tem que é a de que não deveriam ter falhado as ajudas, até porque, como todos estamos recordados, a dimensão do incêndio foi grande, a perda de vidas humanas ganhou ainda uma dimensão maior tendo em consideração tudo o que envolve em termos emocionais e psicológicos, e com todo o povo a querer ajudar e o território e as entidades não estavam nem preparadas para a dimensão do incêndio nem para responder a tamanha solidariedade.

Temos ido acompanhando e, ao fim destas cerca de 20 audições, temos ouvido dizer que, de facto, chegou uma imensidão de apoios que foi difícil de gerir. De qualquer forma, é possível identificar ao longo destas 20 audições que muito falhou nos apoios e eu estava a iniciar o questionamento

por uma determinada linha, mas, tendo em consideração estes últimos esclarecimentos que o Sr. Doutor prestou, tenho de optar por outra.

O Sr. Doutor disse que havia três áreas de intervenção essencial, em termos de apoios do Fundo REVITA: as habitações, a agricultura e uma área um pouco subjetiva que tinha a ver com as necessidades urgentes e imediatas. Disse que se houvesse uma necessidade efetiva, teria de haver a compensação com esforço e até falou do Sr. Manuel, do Nodeirinho, que perdeu as suas videiras, as suas galinhas, as suas ovelhas.

O senhor falou aqui da perda de potencial produtivo e esta foi, talvez, das situações onde os apoios mais faltaram. Qual é a apreciação que faz da diferença entre apoio na recuperação do potencial produtivo e apoio na perda de rendimento?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Dr. Rui Fiolhais.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr. Deputado, agradeço as suas questões. Vou responder diretamente, na medida do possível, às questões que foram colocadas.

Primeiro, sobre a perda do potencial produtivo, o Fundo REVITA não é uma resposta do Estado; é uma resposta de um conjunto de doadores que estão disponíveis para apoiar o que tenha sido entendido necessário do ponto de vista da perda de bens e de referências de vida, se me permite a expressão.

Queria dizer que a nossa resposta foi a pronto. Ou seja, quando nos foi colocada a questão de haver 1131 agricultores, de agricultura de subsistência... É que não estamos a falar de agricultores industriais ou de agropecuária ou coisa que o valha, para isso há outras respostas sobre as quais, como deve calcular, tenho dificuldade, como Presidente do Fundo REVITA, e é nessa qualidade que aqui estou, em dar a minha opinião, porque

isso, naturalmente, depende do Ministério da Economia e de uma série de ministérios.

Mas, no que compete ao Fundo REVITA, direi que, quando o Fundo foi interpelado para poder dar uma resposta onde não havia uma solução de Estado e, deixe-me dizer-lhe, também não havia uma solução de fundos comunitários, porque a questão dos 5000 € tinha a ver com isso, com a possibilidade de apresentar uma candidatura e alguns deles até vieram para a banda dos 1053 € aos 5000 € por essa razão, nós dissemos: Pronto!

Outra coisa diferente, e permita-me que agora mude de chapéu, sou o Presidente do Fundo REVITA, presidente por antonomásia, porque o Presidente que estiver no Instituto de Segurança Social — nestes lugares estamos sempre transitoriamente, felizmente — é também o do Fundo REVITA por opção do Estado, é que o Instituto de Segurança Social, no contexto dessa crise, respondeu como tem de responder, como, aliás, está a responder no contexto desta crise da COVID, como sabe.

Não vou discutir politicamente se é muito, se é pouco. Mas o que aconteceu em Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande foi o que tinha de acontecer. Saiu uma portaria. Lembra-se? Foi ou não foi? Saiu uma portaria com a identificação de soluções de apoio.

Lembro-me perfeitamente da fábrica dos *pellets* que rebentou e que, logo a seguir, o Secretário de Estado do Emprego esteve lá, o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) esteve lá, a Segurança Social esteve lá. Ou seja, houve um conjunto de respostas na perspetiva do restabelecimento das condições de normalidade de vida, que é para isso que serve o Estado.

Numa situação que seja disruptiva deve haver uma resposta coletiva, de todos, pois isoladamente não conseguimos equilibrar a nossa vida. É verdade ou não?

Sendo assim, responderia que, da parte do Fundo REVITA, a resposta que tinha de ser dada foi aquela que foi dada com esta ênfase, sem descapitalizar o Fundo naquela que era uma função pela qual sabemos que seria avaliada: a recuperação das casas. E, relativamente às casas, para além de apoiarmos os agricultores, elas estão praticamente todas reconstruídas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Dr. Rui Fiolhais, há aqui uma questão que tem de me esclarecer. Há pouco disse, até de uma forma emocionada, que viu situações de vidas humanas muito difíceis que perderam tudo. Colocar lá uma videira é repor o potencial o produtivo, mas só ao fim de uns três ou quatro anos é que essa videira dará alguma produção...

Pergunto: do Fundo REVITA ou de qualquer outro fundo que conhece, qual foi a ajuda, de quantos cêntimos ou euros, para apoio ao rendimento de quem não tinha mais nada além daquela subsistência e que teve um período sem ter produtividade? É que essas pessoas perderam as ovelhas, as galinhas e voltar ao mesmo nível de produtividade que tinham é a isso que chamo reposição do poder potencial produtivo. Mas, nesse período de um, dois, três anos, sendo que alguns ainda estão nesse período, quais foram os apoios? De quanto? Houve apoios para a perda de rendimento?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, para responder.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Posso responder como Presidente do Conselho de Gestão do Fundo REVITA.

O Conselho de Gestão do Fundo REVITA aportou uma primeira resposta a uma situação, a um teatro de operações particularmente complexo. Coisa diferente, e compreendo perfeitamente a questão do Sr. Deputado, tem

a ver com o tipo de apoios, do ponto de vista da sustentabilidade da exploração, que o Estado português aportou a esses agricultores.

Sobre isso, como deve calcular, até em função das responsabilidades que tenho, não tenho informação que possa partilhar consigo e que esteja em linha com as suas preocupações. E não o faço por uma razão muito simples: devemos falar daquilo que sabemos, daquilo que é a nossa responsabilidade.

A responsabilidade do Ministério da Agricultura, nesta matéria, não é, naturalmente, a responsabilidade do Fundo REVITA.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. João Dias (PCP):** — Sr. Doutor, aquilo que queremos, e dizemo-lo, claramente, em frente de todos os Deputados, e é a nossa perspetiva nesta Comissão, é identificar estas lacunas nos apoios que seriam decisivos e determinantes. Esta foi uma área que identificámos.

A outra área foi precisamente essa categorização que houve: até aos 1053 € era a Segurança Social que dava os apoios, a partir dos 1053 € até aos 5000 € criou-se essa faixa, porque sim! Porque sim! Podia ser dos 1053 € até aos 10 000 €!

Houve o regime simplificado em que bastava as vítimas apresentarem as perdas que tiveram e o Fundo REVITA foi o envolvido – e estou a falar da agricultura – mas depois complexificou-se o processo e a partir dos 5000 € era preciso fazer uma candidatura, com outras exigências até em termos de finanças. Quem produzia e vendia um ramo de salsa, tinha de estar coletado! Naturalmente que quem perdeu haveres ou bens agrícolas muito superiores a 5000 € acabou por ter de se ajustar a esse montante. Foi verdade? Confirma que conheceu pequenos agricultores que, tendo perdido muito mais do que os 5000 € – 10, 12, 15, 18 000 € –, tiveram de recuar e de rever a sua

candidatura, abandonando a Medida 6.2.2 e passar para a medida simplificada do Fundo REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Agradeço a sua questão, Sr. Deputado, que é relevante até porque um dos objetivos desta Comissão é, justamente, não apenas decifrar o passado, mas, sobretudo, construir pontes para esse futuro melhor.

Relativamente a esta questão, vou dar a minha visão *as it is*, ou seja, como é que estava, na altura, do ponto de vista da gestão. Até estes 1053 € era uma resposta de natureza de proteção social, mais direta. Entre os 1053 € e os 5000 € não existia propriamente uma medida desenhada e disponível, do ponto de vista da máquina pública para dar essa resposta, daí termos entrado, depois, a partir dos 5000 €, havia a questão das candidaturas ao Fundo Social.

Como disse e, portanto, está dito, tenho a informação de que alguns agricultores optaram pelo regime simplificado para ter acesso mais rápido a algum tipo de financiamento que lhe permitisse, de algum modo, recuperar não direi o seu ramo de salsa, mas um pouco a sua vida agrícola.

Direi que, em termos de futuro, valeria a pena pensar claramente numa lógica em que, sabendo nós que estamos a falar de populações para quem este enquadramento, chamemos-lhe assim, de vida – não gosto muito de dizer só «agrícola», porque é tudo, é a sombra da árvore, tudo faz parte da vida das pessoas – se perde, não seria mau, do ponto de vista de *jure constituendo*, como se diz em Direito, ou seja, para o futuro, pensar, em situações de catástrofe, em situações humanitariamente complexas, uma forma mais direta e não tão baseada em donativos que permitisse, de algum

modo, apoiar as populações numa situação de constituição de um quadro de vida que lhes desse sentido e dignidade. Faço-me entender?

Não é tanto repor o número de galinhas ou os pés de salsa, mas as pessoas sentirem que estão na sua terra, no seu espaço e que essa terra faz sentido. Acredito muito nessa oportunidade e deixo-a aqui também, subscrevendo, naturalmente, essa ideia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra. Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PSP): — Passo agora para outra preocupação que tem a ver com as habitações.

De facto, nas primeiras habitações houve um entendimento de prioridade. No Fundo REVITA e no Conselho de Gestão houve o entendimento de que as primeiras habitações eram prioridade, ou que os apoios eram exclusivos às primeiras habitações?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O SR. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr. Deputado, o regulamento do Fundo REVITA, quando foi lançado inicialmente, não fazia distinção, como sabe, entre primeiras e segundas habitações.

A opção de trabalharmos as primeiras habitações foi uma opção determinada pela constatação de que o nível de financiamento que foi canalizado para o Fundo por via dos donativos privados não seria suficiente para poder chegar a esse patamar de intervenção.

Portanto, foi nesse contexto que surgiu a questão das primeiras habitações e quando ela surgiu – e também é importante, no âmbito desta audição, isso ser clarificado –, admito que, do ponto de vista do terreno, possa ter havido expectativas geradas não tanto à volta do Fundo REVITA,



mas em geral, da vida, para haver apoio do Estado relativamente a outro tipo de habitações.

A partir do momento em que ficou definido esse critério, e isso foi em julho de 2017 e vertido na reunião do Conselho de Gestão no seu regulamento, sendo que, até lá, essa informação foi transmitida, naturalmente, à Comissão Técnica, a escolha das primeiras habitações foi determinada pela capacidade de resposta do Fundo.

O Fundo não é o Estado; o Fundo não é Orçamento do Estado! O Fundo teria, na altura, 4 milhões e meio de euros que era, mais ou menos, o que dava para ir ao encontro das primeiras habitações, contas feitas face à realidade que tínhamos de viver.

Face a isto, a questão das segundas habitações tornou-se aqui um bocadinho nebulosa. Porquê? Tornou-se, no seguinte sentido: houve outros fundos que, entretanto, intervieram nesta matéria que tomaram as suas decisões à margem do Fundo REVITA, legitimamente. Estamos a falar de donativos.

Como sabemos, em relação aos donativos, posso chegar lá e dizer assim: «esta é uma casa que vou recuperar». Seja primeira, segunda habitação, ou o que for.

Quando tivemos aquela abordagem, aquela vaga mediática à volta deste tema, foi tudo metido no mesmo saco e quando assim é, como sabe, agita-se um bocado e já não se sabe distinguir o que está lá dentro. É mais fácil dizer «mas apoiaram uma segunda, uma terceira habitação!»

Posso dizer uma coisa, até porque vamos falar sobre isto um bocadinho mais à frente e fica, desde já, esclarecido: quando o IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) fez o primeiro levantamento, que foi de 669 casas... Ele ia às casas todas! Tanto foi às casas todas que até foi às capelas! Há uma capela que foi dada como residência.

Mas depois posso esclarecer um bocadinho melhor isso da parte que sei e também não sei tudo.

A verdade é que desse total de casas que foram identificadas, o que seria desejável, como é natural, é que houvesse uma resposta. Qualquer cidadão, qualquer autarca gostaria... Não conheço nenhum autarca, nenhum cidadão que não gostasse de ver recuperado tudo o que pudesse recuperar.

Na vida é mesmo assim, há um *trade off* entre aquilo que se pode aplicar no terreno e as necessidades que são prioritárias. E este programa teve critérios e teve-os desde a primeira hora em que foi perceptível ou tangível, do ponto de vista financeiro, que a resposta só chegaria às primeiras habitações de uma forma sustentável.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Dr. Rui Fiolhais, na primeira audição que fizemos ao Sr. Eng.º Vítor Reis, fomos muito incisivos e críticos relativamente à postura do Sr. Engenheiro sobre esta questão.

Da mesma forma, criticamos quem levanta este clima de suspeição e mistura, junta tudo, prejudicando as vítimas na maioria das vezes e também criticamos a falta de apoio. E aqui, nesta gestão tripartida, que é a do Conselho de Gestão, o senhor representa, no fundo, o Estado.

Quando o senhor e o Conselho de Gestão perceberam que o dinheiro não chegava para cobrir as segundas habitações, e atenção que o senhor diz que há fundos públicos de 2,5 milhões de euros que entraram por razões de necessidade, por que razão é que o Estado não se chegou à frente com mais dinheiro e cobriu essas situações?

Também lhe quero perguntar o seguinte: que *démarches* realizou o Conselho de Gestão para que houvesse o reforço do Fundo, que não tinha de ser só privado ou solidário, mas também porque as segundas habitações eram determinantes.

Toda a gente, aqui, já assumiu que as segundas habitações são determinantes para aquele território; são relevantíssimas. E algo que é decisivo; tão relevantes quanto as primeiras habitações! Naturalmente, o PCP, como todas as pessoas, reconhece que a recuperação prioritária é à primeira habitação, uma vez que quem ficou sem telhado, não tendo outra habitação, tem de ter uma resposta muito mais rápida e célere, mas a segunda habitação é um direito.

O que é que foi feito? E por que é que não foi reforçado o Fundo, através da via pública, para responder à segunda habitação?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Doutor, pode responder.

**O Sr. Dr. Rui Fiolhais:** — Sr. Deputado, como sabe, o Fundo REVITA não faz política pública; aplica políticas que são definidas. Como deve calcular, são decisões que ultrapassam a capacidade de gestão do Fundo REVITA. O Fundo REVITA aplica os meios que estão disponíveis para poder responder às prioridades.

Definiu, muito bem, que essas prioridades eram as primeiras habitações, porque eram. É um pouco isto: quando, em qualquer circunstância, temos uma embarcação numa situação de naufrágio, temos prioridades, e essas prioridades, conta a história, passam por contingentes, por escolhas e essas escolhas foram feitas quando a cinza estava no ar.

O facto de o Estado ter aportado aqueles 2, 5 milhões, que referi há pouco, tem que ver com o facto de o Fundo REVITA ter feito um esforço que foi determinado pelo Estado, ou seja, o Estado precisava, naturalmente, desse apoio e o Fundo REVITA assumiu esse apoio.

Coisa diferente é a escolha, que é uma escolha e que é política. Poderia ter sido feita pelo Governo, podia ter sido feita pela Assembleia da República, pelos órgãos próprios, mas o Fundo REVITA, em si, o que fez —

e o que fará sempre, e nunca deixa de fazer – foi transmitir uma informação verdadeira, apropriada e adequada sobre a realidade em que está a intervir. Coisa diferente é poder exigir, ou poder encontrar, doadores para ir às segundas habitações.

Ninguém sabe quanto é que custariam as segundas habitações. Até hoje, é muito difícil termos uma noção do quanto custariam as segundas habitações mas concordo consigo, relativamente a um aspeto – e não é só neste, concordo com outros aspetos – em particular: a importância das segundas habitações num território deprimido. Todos sabemos que, naquele território, daqueles três concelhos, a importância das segundas habitações é elevadíssima! E é elevadíssima em vários aspetos, não apenas para quem lá está, mas para quem, lá estando, pode ajudar a que aquele seja um território mais dinâmico e socialmente mais equilibrado.

Mas não posso ir mais longe do que aquilo que são as minhas funções, enquanto Presidente do Fundo REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode pedir um último esclarecimento.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, é muito breve, 30 segundos.

Para que possamos resumir aquilo de que aqui falámos, o questionamento que fiz e os esclarecimentos que pedi, o PCP tem a ideia – e gostava que a comentasse – de que foram as perdas que se ajustaram aos apoios e não os apoios que se foram ajustar às perdas.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Respondo como um gestor público, responsável pelo Fundo REVITA: os meios do Fundo REVITA foram

geridos de uma forma conscienciosa, em função da prioridade de necessidades que tivemos para o terreno.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tendo, para o efeito, a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vicente.

*Pausa.*

Sr. Deputado, tinha imensa vontade de lhe passar a palavra, mas o Grupo Parlamentar que se segue é o do Partido Socialista, pelo que tem a palavra – com as minhas desculpas – a Sr.<sup>a</sup> Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Rui Fiolhais, e vamos já entrar no assunto que aqui nos traz.

O PSD apresentou a constituição de uma comissão de inquérito obrigatória, esta que tem decorrido ao longo destes últimos tempos, e identificou 11 concelhos como os que sofreram danos e em que, portanto, teriam de ser escrutinados os processos de apoio.

Estes concelhos tiveram, de facto, incêndios de 17 a 24 de junho de 2017, mas, efetivamente, todo este percurso tem incidido, particularmente, sobre três dos sete concelhos que tiveram incêndios de 17 a 21 de junho e essa grande incidência acaba por nos levar sempre para o Fundo REVITA.

Gostaria também de deixar uma nota, relativamente a este requerimento apresentado pelo PSD, para a constituição desta Comissão –e, aqui, entra a questão que muito bem referiu, sobre o clima de suspeição –, que refere as irregularidades do processo, diz o PSD, que envolve apoios à recuperação de habitações, às empresas, aos equipamentos públicos e privados, à reposição do potencial produtivo. Não escapa nada! Portanto,

tudo isto está sob suspeição e, por isso, é verdade, esta Comissão é um impulso do PSD, alimentado pela suspeição e potenciador dela própria. E essa suspeição alimenta-se de desinformação, potenciada pelo PSD. Isto tem de ficar claro! Aliás, tanto é verdade, que este agendamento é potestativo, não obstante o próprio requerimento do PSD referir – pame-se! – que considera que vários grupos parlamentares e Deputados advogam que uma Comissão de Inquérito trará mais transparência e informação a todo o processo. Tem tanta certeza disto que nem pôs à votação; fez um agendamento potestativo. Não sei quais são os grupos parlamentares que acompanham o PSD nesta grande novidade, desta Comissão de Inquérito, porque do que ouvi até agora, não parece que qualquer um deles o fizesse.

Mas vamos – e é importante clarificar isto, porque, depois, isto tem que ver com as posturas a que, ao longo do tempo, temos aqui assistido – aproveitar este tempo, até porque a intervenção nos deu muitos dados e vamos procurar não repetir o que já nos disse, para fazer uma abordagem sobre o REVITA, porque é exclusivamente sobre isso que o Sr. Doutor aqui está, quer quanto ao modelo, quer quanto aos critérios, aos requisitos e à divulgação, quer quanto ao acompanhamento e controlo e, finalmente, quanto aos resultados.

Disse o Sr. Doutor, a dado momento, que há excesso – foi a interpretação que fiz, e esta é a minha primeira pergunta, se interpretei bem – nas avaliações, face ao contraste entre a realidade analisada e o modelo teórico ideal.

Acho que até nem foi só a auditoria do Tribunal de Contas que o fez, também muitas das interpretações do PSD aqui nesta Comissão confundem a excecionalidade, a emergência, a situação ímpar, diria mesmo singular, do que aconteceu, para, depois, descontextualizar, confundir a realidade e, de facto, colocar questões como se o que se passou pudesse ser objeto de algum modelo. O que é que acha sobre isto?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, obrigado pelas questões que foram apresentadas, sobretudo esta última questão.

Devo dizer, até porque tive oportunidade de o afirmar inicialmente, que é muito fácil fazermos uma avaliação da realidade como ela devia ter sido depois de ela ter ocorrido. É muito fácil! É a forma mais fácil de o fazer.

E devo dizer, relativamente à questão da auditoria, que referi inicialmente, que isso foi feito de uma forma, direi, drástica, ao ponto de ter assentado toda a abordagem numa lógica quase de sofisma.

Quando se compara aquilo que se faz, do ponto de vista de gestão – estamos a falar de *compliance* –, compara-se aquilo que eu devia ter feito em função do que tinha de fazer, em função do que eram os meus parâmetros de atuação, diria, e digo-o com desassombro, que o Conselho de Gestão do Fundo REVITA fez aquilo que tinha de ser feito face a esse modelo.

Se olharmos – e é fácil fazê-lo – não apenas no plano técnico, mas, por exemplo, no plano jornalístico, para o que se poderia ter feito, para que os critérios fossem devidamente... Chama-se a isso *empowerment*, ou seja, a ideia da equipa de auditoria seria a de que seria interessante fazer quase uma espécie de consulta popular para avaliação de critérios, com participação da... é um pouco isso que eles propõem.

Devo dizer que, quando a cinza está no ar, é muito difícil pôr a caneta no papel. Mas, quem põe a caneta no papel, tem de assumir essa responsabilidade. Naquela altura, com a informação disponível, diria que era o melhor modelo possível, com exceção de todos os outros.

Mas não me venham dizer que todos os outros são melhores do que aquele seria, naquela altura. Seria possível estar lá, e estar lá sentado, para tomar essa decisão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Eurídice Pereira, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Portanto, o que deduzo é que o Fundo REVITA foi importante face ao contexto. É o que estou a deduzir, e por isso lhe pergunto: os objetivos foram cumpridos?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Os objetivos do Fundo REVITA foram plenamente cumpridos.

Recordo aqui três aspetos que são importantes: primeiro, o Fundo REVITA nasceu para fazer uma gestão de fundos privados com transparência, com informação, com relatórios trimestrais que, como sabe, foram sempre publicados com exceção de um que não saiu por causa da pandemia, que rebentou em março, e, como sou também Presidente do Instituto da Segurança Social, não consegui ir a todas... É verdade, houve ali, de facto, esse momento em que não saiu, não é que tenha adiantado muito, mas, de resto, sempre saíram relatórios a demonstrar como é que os fundos estavam a ser avaliados.

Devo dizer que nenhum outro fundo tem esse grau de transparência e esse grau de informação. Todos os doadores, repito, todos os doadores, receberam informação detalhada sobre a execução desse fundo.

Mais: há doadores – e vou recapitular aqui dois doadores – em que esse nível de informação atingiu um patamar que não é do conhecimento público. Dou aqui, como exemplo, o Banco Europeu de Investimento, relativamente ao qual foram emitidos os relatórios específicos que permitiram ao Banco Europeu de Investimento identificar concretamente em que ponto do território, em que casas e com que telhas, é que foi feita a



recuperação das casas. Ou, por exemplo, a Fundação La Caixa, que também fez um investimento de grande envergadura e relativamente ao qual também foi preparado, pelo Fundo REVITA, um relatório detalhado.

De uma forma geral, o Fundo REVITA fez o que tinha de fazer, recuperou as casas que tinha de recuperar. Neste momento, faltam executar cinco casas e, se houver curiosidade, já agora, também posso explicar porque é que ainda não estão executadas, mas tem mais que ver com dinâmicas que não parte do Fundo, tem que ver com razões familiares, dos empreiteiros, de mudanças, etc.. Mas, como dizia, do Fundo REVITA faltam executar cinco casas, mas, globalmente, mais de 90%, estão executadas.

O Fundo REVITA permitiu fazer também o reapetrechamento das casas que tinham de ser recuperadas, até ao momento; portanto havia, salvo erro – não tenho aqui o número mesmo à frente –, cerca 70 casas para reapetrechar, que já foram recuperadas, e o Fundo REVITA chegou onde o Estado não conseguiu chegar, naquela altura.

Portanto, o Fundo REVITA cumpriu a sua missão. Cumpriu a sua missão num contexto e num caldo mediático de uma enormíssima adversidade. E, como já passei por muitas na minha vida – ainda agora estou a passar por uma, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe, porque não é fácil ser Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Segurança Social, I.P., em plena pandemia –, sei que só se faz se tivermos um sentido de missão muito fino e muito aprofundado. É que isto, como respondi há pouco à Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira, e como já alguém disse, tem de se ir lá com alma e com calma, mas se faltar uma delas, nós não conseguimos.

No caso do Fundo REVITA, estou aqui para dizer que fizemos o que tínhamos de fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Vamos falar de algo particularmente importante, ainda na questão do modelo.

O Fundo é de adesão voluntária. Pergunto, mas depois tenho de acrescentar aqui algo, podia ser de outro modo? É que, enfim, consta, lê-se nos jornais, o próprio relatório do Tribunal de Contas aponta para que tenham sido arrecadados, *grosso modo*, vindo de donativos angariados em campanhas que decorreram naquela altura, à volta de 13 milhões de euros.

O Sr. Doutor, há pouco, fez-nos aqui uma referência de que o REVITA geriu 5,4 milhões – não estou a falar dos 2,5 que o Estado colocou, estou a falar dos donativos de particulares.

Portanto, retomo a questão: o Fundo é, de facto, de adesão voluntária? Podia ser de outra maneira?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei e vou dizer por que é que não sei: porque é a vida! Ou seja, a vida é aquilo que se escolhe quando estamos a fazer planos, não é?

E a verdade é que o que aconteceu naquela altura, e que até acompanhei, fui testemunha desse processo – é bom também ter colocado essa questão, porque acho que é importante clarificá-la –, foi haver, da parte de um conjunto de entidades, uma grande preocupação em colocar os seus meios financeiros sob, vamos chamar-lhe assim, o chapéu de chuva do Estado, em sentido amplo, ou seja, uma entidade que, de algum modo, garantisse que as escolhas que fossem feitas não fossem baseadas em outros critérios que não os de interesse público.

Os 63 ou 64 doadores que entenderam assim fazê-lo associaram-se ao Fundo REVITA, outros houve que, desde a primeira hora, optaram por ter um caminho diferente.

É como em democracia, há quem escolha uma visão mais comunitária, outra mais individualista... Houve, assim, quem escolhesse – e respeito, naturalmente, essas opções – a versão «eu trato do assunto». Alguns pequenos fundos foi assim que fizeram, e alguns extraordinários, devo dizer, desde a Casa do Benfica, até... Quer dizer, há muita gente que se fez à estrada, para fazer o melhor que podia e sabia.

Depois, quando não sabia ou não podia foi o Fundo REVITA que foi acabar de completar a habitação.

Mas houve depois outros fundos que tiveram racionais próprios. A Cáritas Diocesana de Coimbra optou por seguir um caminho individual desde a primeira hora. Devo dizer que participei em conversações com diversíssimos doadores. Fi-lo com aquela militância própria de quem achava que, naquela altura, tudo o que pudéssemos fazer para aportar meios para a resposta àquela extraordinária catástrofe devia ser feito. Fi-lo! Participei também numa reunião, na altura, com a União das Misericórdias Portuguesas e com a Fundação Calouste Gulbenkian.

A opção que foi tomada foi uma opção legítima porque não se trata de dinheiro do Estado; é dinheiro de particulares e eles escolheram seguir um caminho próprio. Mais à frente, disseram: «bom, mas nesse caminho é importante que não haja sobreposição e duplicação de apoios» E nós respondemos: «Claro. Interesse público.»

A Comissão Técnica funcionou como um tabuleiro onde todos os doadores poderiam, como puderam, tomar opções de uma forma coletiva. Para quê? Para que mais tarde não fôssemos confrontados com situações, que seriam sempre pouco apropriadas, de haver financiamento por parte de um doador e de outro doador relativamente a uma mesma habitação. Isso não aconteceu, graças também ao Fundo REVITA e à sua Comissão Técnica.

No caso da Fundação Gulbenkian, da União das Misericórdias Portuguesas e da Cáritas, o que houve foi algo que não aconteceu com outros

doadores e que foi disserem: apesar de não sermos Fundo REVITA, queremos seguir as mesmas regras, grosso modo, nomeadamente quanto às primeiras habitações, etc., queremos seguir o que está no regulamento.

Esse foi um caminho que, de algum modo, permitiu equiparar a resposta de doadores que não estavam integrados no Fundo REVITA a uma lógica de intervenção do Fundo REVITA, o que acho que responde também a uma preocupação que foi a de, não fazendo parte do Fundo, isso não queria dizer que não estavam dentro da lógica do Fundo.

Portanto, diria que mais de 90% dos donativos que foram aplicados naquele território o foram dentro de um contexto de interesse público.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — O Tribunal de Contas, na sua auditoria, é bastante crítico relativamente à participação dos municípios em diversos órgãos.

Pela experiência que tem neste processo, era possível que a participação dos municípios pudesse ser dispensada, no todo ou em parte?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — A minha intervenção aqui é como Presidente do Fundo REVITA, mas temos as nossas opiniões como cidadãos, como é natural.

Como Presidente do Fundo REVITA, devo dizer que dificilmente poderia conceber um modelo de intervenção nessa realidade sem a participação dos municípios, por duas razões: uma de natureza a que podemos chamar política, no sentido mais genuíno do termo, pois as autarquias são, efetivamente, os representantes do povo, das populações e

não concebo a ideia de intervir naquele território de costas voltadas para as autarquias, não vejo como é isso seria possível; por outro lado, por razões operacionais.

O Fundo REVITA gere, como disse, e bem, cerca de 4,4 milhões de euros. Fazê-lo à distância, sem capacidade de intervenção administrativa, sem capacidade de escrutínio da realidade que as autarquias trazem, ponho-me a pensar como seria possível fazer isso. Só num mundo ideal...!

Em bom rigor, os donativos devem ser geridos, como tudo na vida, o mais próximo possível das populações. Ora, a intervenção das autarquias parece-me inelutável nesse processo. É essa minha apreciação.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Então, isso significa que está a dizer que aquela ideia aqui colocada pelo PSD – não foi uma pergunta, é a expressão do pensamento que aqui tem deixado – que era necessário que este trabalho em rede com organismos da administração central e com o poder local tivesse que ter também uma fila de polícias, uns atrás dos outros, para se escrutinarem, cai por terra. Ou seja, a noção do trabalho em rede caía por terra, porque cada um tinha de escrutinar o trabalho que tinha sido feito antes, apesar de todos constituírem uma equipa. Isto era viável em algum momento deste processo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como Presidente do Fundo REVITA, só posso avaliar do ponto de vista da gestão. Do ponto de vista político, vale o que vale, é uma observação. Em política podemos ter

opiniões diferentes sobre as mesmas coisas, os mesmos objetos, e ainda bem que assim é, que há diversidade de opiniões.

Relativamente a este caso concreto, direi que poucos modelos resistiriam ao impacto com a realidade, na minha opinião, se não envolvessem representantes das populações.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Ainda sobre o modelo, e para terminar, há também uma crítica do Tribunal de Contas, aliás, melhor dizendo, uma afirmação no sentido de que o modelo não contemplou nenhuma forma de envolvimento da comunidade afetada. Isto foi assim?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tenho alguma dificuldade em acompanhar essa observação, como já percebeu.

Acho que a equipa de auditoria – e distingo-a um pouco do Tribunal de Contas no sentido mais operacional do termo, pois as equipas de auditoria não são constituídas por juízes mas por técnicos que fazem as suas observações e, depois, o Tribunal toma as suas opções, naturalmente com base nos pareceres e avaliações que são feitas – ao dizer que os critérios não são suficientemente participados e transparentes está a dizer duas coisas: primeira, que com cinzas no ar, idealmente, deveria ter sido feito quase um processo de consulta popular; segunda, que essas consultas foram feitas na medida do possível. E foram feitas porquê? Os critérios aplicados, ao contrário do que é referido na auditoria, foram desenhados com intervenção das entidades envolvidas nos órgãos que compõem o Fundo REVITA.

Estou aqui como Presidente do Conselho de Gestão do Fundo REVITA. O que é que fez o Conselho de Gestão? O Conselho de Gestão trabalhou com a Comissão Técnica, onde os critérios foram avaliados, e foram num contexto que era o da participação popular definida pelo modelo que foi seguido, que é uma participação que envolve naturalmente as autarquias.

Ora, se as autarquias participaram nesse contexto – aliás, o próprio critério das primeiras habitações foi participado pelas autarquias, no sentido em que o Presidente da Comissão Técnica tem, como sabe, assento no Conselho de Gestão e ele transportou a posição dessas autarquias –, as observações sobre esta consulta pública ou necessidade de afinação de critérios de participação popular, etc., bem como a exigência de priorização de habitações não permanentes são opções que também a Sr.<sup>a</sup> Deputada pode tomar. Pode dizer: comparando com aquilo que penso sobre este assunto, as coisas deviam ter corrido assim, ou deviam ter corrido de outra forma...

Mas acho que é uma perspetiva, se me permite, que desvaloriza a complexa dinâmica de um processo de resposta a situações de emergência social.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Passando agora à questão dos critérios, dos requisitos e da sua divulgação, é sabido que os critérios e os requisitos foram objeto de alterações durante o processo. Aliás, este facto deu já origem aqui ao levantamento de suspeições, nomeadamente na primeira audição, por parte do Sr. ex-Presidente do IHRU.

Sr. Presidente do Conselho de Gestão do REVITA, quais foram as mudanças que ocorreram e as razões que justificaram estas alterações?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, de memória, recapitulo duas alterações do Regulamento: uma primeira – e vamos já despachar essa, que é de natureza mais operacional – foi a integração da Unidade de Missão para a Valorização do Interior; a outra foi, fundamentalmente, os critérios para primeira habitação. Ou seja, já que não era possível chegar a todas as habitações, era necessário que os critérios de escrutínio das primeiras habitações ficassem clarificados.

Estas foram as alterações que foram feitas em julho de 2017 e que foram vertidas, salvo erro, em setembro de 2017 no regulamento. Fundamentalmente foram essas duas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Vou fazer-lhe uma pergunta muito, muito direta, que resulta de insinuações que chegaram a ser aqui produzidas.

Essas alterações introduzidas, nomeadamente a última que referiu, tiveram o propósito de facilitar o apoio a situações que não estavam previstas? Dito isto de outra maneira e de modo mais claro: as alterações tiveram a intenção de serem facilitadoras e virem a abranger quem não devia ter sido abrangido?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não.

O Sr. **Presidente**: — A uma pergunta direta, uma resposta direta. Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira prosseguir.



A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — O diagnóstico inicial, o levantamento que foi feito no terreno das necessidades, também sofreu alterações. Em que sentido e porquê?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, podemos começar pelo levantamento inicial que foi feito pelo IHRU.

Devo dizer que o panorama, o teatro de operações, foi particularmente complexo e digo-o também na qualidade de Presidente do Instituto da Segurança Social, em que eu próprio cheguei a levar mantimentos a pessoas da Segurança Social que estavam praticamente fechadas... Estive lá no meu carro, no meio daqueles incêndios.

E a verdade é que para chegar a alguns sítios foi preciso, na altura, pedir o auxílio dos CTT, às pessoas dos correios, aos carteiros. Aliás, deixo esta homenagem aos carteiros – e há mais homenagens que gostava de fazer aqui, hoje, mas quero já deixar esta aos carteiros –, que foram pessoas que ajudaram a chegar lá, a identificar e a decifrar aquele pandemónio, porque, de facto, era um teatro de operações muito complexo, muito difícil.

O levantamento que foi feito pelo IHRU foi um levantamento prévio à própria constituição do REVITA e só posso fazer uma avaliação de natureza retrospectiva. Porquê? Porque, enquanto Presidente do Fundo REVITA, não poderia fazê-la, dado que não estava nessas funções. Ou seja, quando foi feito o levantamento, ele foi feito neste contexto que era um contexto de emergência.

Os levantamentos foram realizados em quatro ou cinco dias pelo IHRU e foi um exercício muito incompleto, como, aliás, é reconhecido pelo próprio Instituto.

Mais tarde, verificou-se, sobretudo com informação e documentos, com fotos, que houve habitações que aparentemente não foram danificadas mas que, de facto, sofreram danos. Aliás, já dei o exemplo da Capela e poderia dar outros exemplos, um dos quais apareceu no *Correio da Manhã* como uma casa que não tinha ardido mas que, efetivamente, ardeu. Às vezes, não se pode julgar o livro pela capa... Passamos na rua e olhamos, mas a casa pode ter o telhado queimado na parte de trás. Isso aconteceu num dos casos que foi identificado.

Como o próprio IHRU reconhece, e passo a citar uma comunicação do dia 6 de julho, que é uma comunicação oficial: «o trabalho de campo foi feito em muito pouco tempo, atendendo à situação e ao número de registos, 699, e é imperativo que toda a informação recolhida seja devidamente organizada, tratada e verificada no local.»

Continuo a citar: «O facto de terem existido problemas com os aparelhos que recorriam ao GPS veio introduzir alguma informação de qualidade duvidosa.»

Concluo por conseguinte – e esta conclusão digo-a com toda honestidade – que uma coisa é lá estarmos, outra são os dados, porque o próprio IHRU reconhece, na prática, a existência de problemas nos levantamentos, o que é perfeitamente compreensível.

O próprio Presidente do IHRU, que na altura tinha as suas funções, como é natural, e eu também tenho as minhas, reconhece que isto não é nada fácil. A verdade é que havia levantamentos que foram feitos e que deram origem a informação de qualidade duvidosa. Há coisas com uma qualidade boa, mas noutras é duvidosa.

O que é que acontece? O que acontece é que aquele foi um processo progressivo. A própria identificação das casas, primeiro das casas que arderam e que não arderam – houve muita conversa à volta disso – e depois, nas casas que arderam ou foram danificadas, se são de primeira ou de

segunda habitação, foi um processo progressivo... E nesse processo queria dizer que o Conselho de Gestão, neste aspeto, nunca teve a «rédea larga», e nunca a teve porque também tinha a noção de que, tendo os meios financeiros que tinha para poder dar resposta a esta catástrofe, não podia ter uma bitola larga.

Portanto, é ou não primeira habitação? Se é primeira habitação – e agora vou fazer um raciocínio que vale o que vale, é quase como se estivéssemos a conversar na rua – que ardeu ou que está danificada, assino um termo de responsabilidade em que digo que esta é a minha primeira habitação e preciso de apoio. A câmara avalia e diz que sim, que esta é uma primeira habitação e que precisa de apoio. A Comissão Técnica avalia e diz ao Conselho de Gestão que esta é uma habitação que precisa de apoio. O Conselho de Gestão, naturalmente, porque é esse o modelo de gestão que tem, diz que esta é uma habitação que necessita de apoio.

Agora, voltando ao que nos traz aqui, se houver oito habitações, que são as suspeitas que há, em que, em algum desses estádios do processo, houve alguma declaração que não tenha sido adequada, nós, Conselho de Gestão, só temos de fazer uma coisa: suspender enquanto houver dúvidas e mandar devolver quando as dúvidas ficarem desfeitas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, como é que foram divulgados junto das vítimas ou mesmo dos municípios os requisitos para que as candidaturas pudessem ser feitas, para que as pessoas pudessem ser apoiadas?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, essa é uma excelente questão porque já vi algumas dúvidas sobre o facto de não ter havido divulgação por parte das câmaras municipais. É disso que estamos a falar porque o elo com as populações passa pelas câmaras e pelas juntas de freguesia.

A informação de que disponho é a de que esse trabalho foi feito, inclusivamente, com plenários, ou seja, com momentos coletivos de informação às populações.

Mais ainda: estou convencido de que boa parte dos processos que foram apresentados nas câmaras municipais tiveram, de algum modo, um apoio do ponto de vista da chamada «literacia técnica» por parte das câmaras ou das juntas de freguesia. Isto porquê? Estamos a falar de populações em que, em alguns casos, essa literacia é baixa. Portanto, admito, e é só um admito, porque não tenho um conhecimento suficientemente detalhado que permita ter uma opinião definitiva, que houve um esforço por parte das câmaras municipais, das autarquias e das juntas de freguesia para, de algum modo, ajudar as populações a levar até às câmaras esses requerimentos.

Em relação ao modo como o fizeram, não tenho informação detalhada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira**: — Sr. Doutor, a questão que coloquei tem a ver com uma contradição que encontrei no relatório da auditoria do Tribunal de Contas. Como este motivo também já serviu para lançar suspeição, ou seja, a falta de transparência relativa à divulgação dos requisitos a quem de direito para que as candidaturas fossem certas, passo a explicar por que é que digo que encontrei contradições no referido relatório.

O relatório da auditoria faz críticas sobre uma eventual deficiência de divulgação, mas, depois, na página 51, elencam-se as diligências tomadas pelos municípios como, e cito, «a realização de sessões de esclarecimento

dos apoios, a fixação de editais e a publicitação dos apoios nos seus instrumentos de informação» e mais um conjunto de outras coisas.

Portanto, era necessário também começarmos a arrumar estas conclusões. Já não tenho muito tempo, mas, se o Sr. Presidente me permitir, ainda faço uma última pergunta nesta ronda. O Conselho de Gestão recusou processos de apoio? Se recusou, quantos foram e de que tipo? Por que razões o fez? Tenho uma curiosidade, confesso: por que é que foi recusado o apoio a uma célebre *roulotte* que serviria de residência de habitação?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para responder.

**O Sr. Dr. Rui Fiolhais:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, relativamente à primeira observação, não poderia concordar mais consigo. Não porque seja prático concordar, mas decorre, naturalmente, da realidade. A realidade é o que é e a verdade é que houve um conjunto de... Talvez não tenha havido relativamente à equipa de auditoria, as sessões ou os cartazes, mas, enfim, sobre isso não irei pronunciar-me muito mais sobre o modelo ideal. Na prática, o próprio Tribunal de Contas reconhece que essas sessões foram feitas, que essa divulgação foi feita e que esse aproximar das populações existiu.

Quanto à questão da *roulotte*, que é uma excelente questão, Sr.<sup>a</sup> Deputada, provavelmente, é uma das exceções à regra de apoio a habitações de alvenaria.

Voltamos ao princípio: o que é que estamos a fazer, enquanto Fundo REVITA ou enquanto responsáveis públicos? Temos de ter em atenção as necessidades das populações relativamente ao que é justo. A pessoa em questão ... E estamos a falar não de uma *roulotte*, mas de uma autocaravana, tecnicamente tem rodinhas mas não precisa de um carro para a puxar. O que é que esse senhor fez? Para já fez uma coisa que...

Já que estou aqui também a homenagear algumas pessoas, quero também homenageá-lo a ele. Esse senhor foi dos que perdeu tudo o que tinha para dar tudo aos outros. Aliás, houve vários programas de televisão que mostraram: foi o tipo que foi a correr, deixou o computador para trás e tudo o que tinha lá dentro para salvar vidas. E fê-lo! Salvou vidas, foi um herói!

Acontece que tinha comprado um terreno. Qual era sua ideia? Estacionar a sua autocaravana, montar lá a sua vida e desenvolver o seu programa de vida. O que é legítimo! Pelo facto de estar em cima de rodas, uma casa não deixa de ser uma casa. E isso para qualquer um de nós. Não sei se algum de vós já passou férias numa casa com rodas, mas eu já o fiz. Não tenho grandes memórias, mas a verdade é que já o fiz.

A verdade é que aquela era a sua residência principal e as dúvidas que surgiram foram desfeitas naturalmente. Como? Através da Comissão Técnica, solicitando parecer da autarquia. A autarquia tinha muitas dúvidas... Somos um povo meridional, temos uma grande necessidade de termos certeza e segurança em tudo aquilo que fazemos. De facto, o processo não foi fácil, mas devo dizer que nos chegámos à frente, ou seja, o Conselho de Gestão, por impulso do seu Presidente, disse que, face ao parecer que veio da autarquia, tratava-se, efetivamente, de um centro de vida, que não era menos do que os outros. Apesar de ele poder seguir o seu caminho, como é natural, seria de toda a justiça que fosse apoiado.

Esse apoio foi dirigido exclusivamente à questão da autocaravana. É um apoio, e estou a citar de memória, de quatro mil e tal euros, salvo erro, pouco mais do que isso. Mas diria que nós, como comunidade, lhe estamos gratos não pelo facto de lá ter estacionado a *roulotte*, mas por ter virado as costas à sua vida e à sua casa para dar a vida pelos outros.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a primeira ronda do Partido Socialista, agora, sim, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vicente, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer ao Dr. Rui Fiolhais, na qualidade de ex-Presidente do Conselho de Gestão do Fundo REVITA...

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Peço desculpa, mas é na qualidade de Presidente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Como?

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Peço desculpa por estar a interromper, ainda que na convocatória esteja ex-Presidente, é Presidente. É uma inerência! Sou Presidente do Instituto da Segurança Social, não posso virar as costas...

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Muito bem, então agradeço-lhe pelas declarações que aqui veio hoje prestar na qualidade de Presidente do Conselho de Gestão do Fundo REVITA.

Quero também manifestar solidariedade para com todas as pessoas e populações que foram afetadas por estes grandes incêndios de 2017 e agradecer publicamente, em nome do Bloco de Esquerda, a todas as pessoas e organizações que se mobilizaram para responder a esta catástrofe.

Já houve várias perguntas feitas anteriormente por diversos grupos parlamentares que levaram à sua exposição e que esclareceram a grande maioria das questões que teria para lhe colocar, portanto, não vou repetir o conjunto das perguntas que já foi realizado antes.

Quero apenas afirmar que o Bloco de Esquerda considera que estas ocorrências de 2017 só foram possíveis pela política pública de ordenamento do território e de prevenção e combate a incêndios que demonstrou ser totalmente insuficiente para prevenir situações como esta e que ainda hoje se encontra muito trabalho para fazer para que, de futuro, não se repitam. Por isso é importante termos aprendizagens do que se passou para melhorarmos a capacidade de resposta do Estado, e não só, a estas considerações.

Deixo-lhe apenas duas questões, para já. Uma é se considera que parte das irregularidades e insuficiências das medidas de apoio que ocorreram encontram justificação na incapacidade de os serviços locais e nacionais do Estado apoiarem as populações em momentos de emergência com esta magnitude. Pergunto: esta insuficiência justifica parte das irregularidades e das lacunas do processo de apoio em geral? Se assim é, consegue identificar algumas medidas de capacitação das organizações locais e dos serviços centrais para apoiar as populações em eventos extremos futuros?

Como sabemos, com o desenrolar de um processo de alterações climáticas e com os imensos problemas de ordenamento do território que temos em Portugal, situações como esta e outras podem voltar a ocorrer, logo essas aprendizagens são necessárias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, o Sr. Presidente do Conselho de Gestão do Fundo REVITA.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Obrigado pela clarificação das funções institucionais, Sr. Presidente. Não são escolhidas, mas são assumidas, obviamente, com muito gosto e com muito sentido de dever.

Sr. Deputado, queria agradecer as suas questões e acompanhá-lo nas preocupações que transmitiu relativamente ao facto de termos um território com grandes fragilidades, e falando agora exclusivamente da questão dos



incêndios que aqui nos traz hoje, que justificam o facto de termos respostas que não sejam puramente reativas, mas estrategicamente montadas para ir ao encontro das necessidades das populações.

Acompanho-o nessa ideia pela experiência prática, porque temos bem a noção do que é responder ao inesperado. Por muito que queiramos ter, em termos de políticas públicas, a capacidade para ter o mundo todo racionalizado e planeado, a vida acontece quando estamos a fazer planos e a pandemia da COVID está aqui para mostrar isso mesmo.

E, se calhar, daqui a um ou dois anos, se cá estiver, virei a esta Assembleia explicar por que razão é que, na primeira hora, em março de 2020, não existiam brigadas de intervenção rápida. Isto para dar um exemplo!

Ora, tudo isto exige um processo de aprendizagem que tem de ser rápido. Ou seja, a curva de aprendizagem tem de ser muito rápida. Diria, já agora, e falando de passagem nesta questão da pandemia, que a verdade é que essa curva é exponencial... Ou seja, a capacidade que temos, e vamos tendo, de adaptação à realidade e às necessidades que essa realidade nos traz tem vindo a ser muito elevada.

No caso dos incêndios de 2017, ela foi elevadíssima e digo isto do ponto de vista institucional, mas também como testemunha presencial, no terreno. A capacidade de reação, em termos de proteção civil, e a capacidade de ação da proteção social, que é disso que posso falar, porque também sou responsável por ela, devo dizer que foi imaculada, no melhor sentido do termo. Não faltou, do ponto de vista da segurança social, apoio às populações, quando esse apoio teve de ser dado, em todos os aspetos, seja de natureza da ação social, seja de natureza prestacional.

Portanto, aquilo que poderia ser dado, de acordo com as regras definidas pelo Estado, foi dado. Coisa diferente é o que se pode fazer num quadro que tem o mesmo grau de inesperado em circunstâncias futuras. Isso

responde a algumas observações que foram feitas pelo Tribunal de Contas no sentido prospetivo. Como é que o Estado se pode organizar para ir ao encontro de necessidades que serão inelutáveis já que, mais tarde ou mais cedo, teremos de as viver?

Relativamente a isso, não queria, obviamente, exceder a minha posição aqui como Presidente do Fundo REVITA, digo aquilo que disse ontem numa conferência organizada pela Comissão de Trabalho e Segurança Social aqui na Assembleia da República. Se fazemos testes de *stress* para sismos, e é a verdade, «A Terra Treme» é um dos programas, perguntando se isto correr mal, como é que nos organizamos, acho que nesta frente dos incêndios como na frente da pandemia, para futuro, é bom que haja mecanismos de resposta rápida que já estejam pré-ensaiados e que tenham, da parte do Estado, a capacitação necessária com competências e responsabilidades bem definidas para que se possa dar uma resposta mais apropriada, mais rápida e mais em linha com a necessidade das populações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, não tenho mais nenhuma questão adicional para lhe colocar, face às que já foram colocadas antes.

Quero apenas terminar com uma pequena nota de que, se durante as últimas décadas não tivéssemos tido governos que, de alguma forma, desprezaram os territórios do interior, encerraram serviços, não geraram condições suficientes para fixação da população, em especial das populações mais jovens, certamente, estes territórios estariam hoje mais capazes de responder a eventos desta magnitude. Esse é também um desafio a que a política pública tem de responder.

O Sr. **Presidente**: — Para comentar, querendo, tem a palavra o Sr. Dr. Rui Fiolhais.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Posso só deixar a nota de que, sendo também responsável, como Presidente do Conselho Diretivo, o Instituto da Segurança Social é um instituto distritalizado, ou seja, tem centros distritais em todo o território, o que dá uma capilaridade, pois temos trezentos e tal pontos de atendimento no País, e uma proximidade às populações que, de facto, considero importante.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar, então, à segunda ronda de perguntas que, como sabem, é de intervenção seguida dos vários grupos parlamentares, com resposta conjunta no final.

Peço-lhe, Sr. Presidente, o auxílio no sentido de ir registando as perguntas que lhe vão fazendo.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, nesta segunda ronda, vou aproveitar para esclarecer algumas questões que, na primeira, não consegui.

Começo pelo relatório do IHRU. Relativamente a este relatório, respondeu aqui que, na altura, o IHRU fez um levantamento de mil e tal habitações com danos, o que, gostaria que me esclarecesse, foi uma variadíssima plêiade de habitações.

Em relação à capela, Sr. Presidente, não posso deixar passar em claro dizendo-lhe que ela consta como capela no levantamento do IHRU. Se me permite, aparece mesmo como capela.

E, já agora, permita-me, sendo também, como diz constantemente o PCP, fundamentais as segundas habitações, perguntar-lhe-ia até que ponto é

que não é fundamental o local de culto que, muitas vezes, é o único local de reunião daquelas populações, onde elas se juntam efetivamente, em locais tão desertificados, sendo, por isso, um elemento essencial para aquelas comunidades. Pergunto: parece-lhe realmente despidendo que a capela conste do relatório de danos?

Pergunto também se foi este, ou não, o levantamento inicial usado para o Fundo de Emergência da União Europeia, ainda que, obviamente, tenha sido depois objeto de ajustamentos. Em caso afirmativo, pergunto-lhe o que levou a que o IHRU fosse afastado deste processo, logo a seguir, quando se trata, realmente, da entidade com *know-how* histórico, conhecido e reconhecido, já noutras situações de catástrofe, sempre utilizado para obviar e fazer frente a essas situações? Até pelo seu *know-how* técnico, não se trata de personagens; trata-se de instituições, e é bom que isso fique aqui claro.

Portanto, pergunto-lhe o porquê do afastamento do IHRU, independentemente de quem são os seus atores, porque parece-me que vejo sempre um ataque aos atores, confundindo-se dirigentes com instituições.

Finalmente, ainda queria deixar-lhe mais uma ou duas questões que têm a ver com dois ou três comentários que o Sr. Doutor fez. Compreendo-os, porque representa aqui uma instituição que é o Estado, mas depois de o ouvir repetidas vezes dizer que tudo foi feito «com cinzas no ar», permita-me deixar-lhe duas perguntas.

O acompanhamento imediato inicial foi feito com as cinzas no ar? Aliás, tirando a situação catastrófica, que não é aquela de que queremos falar, a da tragédia das vidas humanas, Portugal já viveu muitas cinzas no ar.

Pergunto: as decisões não tomadas no instante imediato, para fazer face às decisões básicas e prementes daquele momento, as cinzas no ar, são justificação para tudo? Para a falta de cuidado, para a falta de aplicação de fundos? Para que todos os atores nos venham aqui dizer que se trata de territórios que continuam abandonados e que se perdeu uma oportunidade de

fazer alguma coisa naqueles territórios, que são territórios esquecidos?

Já agora, também gostava que comentasse, de acordo com o seu conhecimento, uma frase proferida pelo Sr. Primeiro-Ministro, logo a seguir aos incêndios, numa reunião do Conselho de Ministros: «Depois de Pedrógão, nada ficará como antes».

Na verdade, depois de Pedrógão – pergunto-lhe –, o que é que mudou efetivamente? Foi prometido àqueles territórios que tudo teriam. O Fundo de Emergência da União Europeia foi usado para aquele território ou para fazer face a outro tipo de prejuízos? O Fundo foi usado para aquilo para que inicialmente foi pedido?

Segundo, o apoio psicológico, que foi anunciado que seria dado a todas as pessoas daquelas populações, desapareceu, ou não, muito rapidamente?

Terceiro, relativamente às explicações dadas, como referiu a Sr.<sup>a</sup> Deputada Eurídice Pereira, gostaria que comentasse a referência que se faz na página 51 e também, logo a seguir, na página 52 do relatório – relatório que, aliás, vem com a informação que foi dada – à iliteracia daquela população e às dificuldades que aqueles municípios tinham em lhes fazer chegar a informação.

Acrescendo a este facto, o de todos os presidentes de junta que foram aqui ouvidos nos terem dito que foram retirados do processo. Todos nos vieram dizer que não foram tidos nem achados nesses levantamentos junto das populações, sendo que, eles, sim, são sempre os mais próximos e os que, salvo um presidente que até parecia que não conhecia o território, melhor o conhecem, todos foram unânimes nessa afirmação nesta Comissão.

Quarto, também quero perguntar-lhe qual foi a experiência do Conselho de Gestão do Fundo REVITA, a que preside, relativamente a este acompanhamento de proximidade das autarquias.

Queria, ainda, perguntar-lhe se sabe o que aconteceu relativamente às

infraestruturas que tanto foram prometidas, às redundâncias do SIRESP (Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal) e se estas foram corrigidas, às comunicações e à floresta, se se aprendeu, se foi feito aquilo que tanto foi prometido com os fundos que foram pedidos, se as florestas e se aquele território foram alvo de uma intervenção que lhe desse um futuro, ou se se mantiveram todas aquelas pessoas sem esperança, sem projeto e sem futuro, e desculpe-me a expressão, dando-lhes apenas umas migalhas, como se faz aos tolos, assim se satisfazendo estas pessoas com pequenos montantes, com pequenos subsídios, não se dando aquilo que elas realmente mereciam e sem dar àquele território uma segunda oportunidade.

Finalmente, não consigo conceber o discurso, que se faz aqui sistematicamente, segundo o qual o escrutínio é perseguição. Escrutínio é escrutínio, transparência é transparência e, quando vejo alguém a tentar encontrar uma qualquer desculpa para atacar a procura da verdade, da transparência e do rigor, tenho muita dificuldade em compreender, porque democracia tem de ser isso: escrutínio, transparência e rigor.

Muito obrigada pelas explicações que cá nos trouxe.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, muito rapidamente, penso que, hoje, ficou aqui claramente a ideia de que as segundas habitações só não foram apoiadas, não porque não tivessem direito, porque, de facto, e é importante dizê-lo, quem tinha segundas habitações tinha e continua a ter direito a apoios para a sua recuperação, mas porque não havia dinheiro suficiente.

De facto, o que ficou aqui bem claro e patente foi que as segundas

habitações só não foram apoiadas porque não havia dinheiro. Foi esta a ideia que ficou clarinha como água!

Aquilo que nos deixou preocupados, independentemente do entendimento do Conselho de Gestão relativamente às suas competências, foi o facto de, no nosso entendimento, dever ter manifestado, face às atribuições que lhe foram concedidas, ser necessário reforçar a verba para poder responder àquilo a que as pessoas tinham direito, nomeadamente à recuperação das segundas habitações.

Que não tenha havido esse reforço é algo que continuamos a não aceitar. Sempre nos batemos pela recuperação das primeiras habitações e, também, das segundas habitações e que, quem tudo perdeu, também tinha o direito de ver recuperadas, até porque toda a gente reconhece a importância das segundas habitações.

Mas, tendo em consideração que o PSD lida muito mal com esta perspetiva que o PCP tem – e o PCP aceita democraticamente que o PSD faça esta leitura do objetivo da Comissão e lida muito bem com o exercício democrático...

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos prosseguir.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — O PCP tem a clara noção de que o concelho de Pedrógão foi investigado até ao limite das suas fronteiras e com algum propósito foi. Não foi investigado mais nenhum outro concelho como este concelho foi investigado.

A pergunta que quero fazer-lhe, para terminar, Sr. Dr. Rui Fiolhais, é se houve algum tratamento diferenciado entre municípios e se, alguma vez,

identificou alguma situação em que fossem identificados critérios de prioridades diferentes de município para município, porque já aqui foi criada a ideia de que houve um processo a ritmos e modos diferentes em diversos concelhos.

Não concordamos com a opção do Governo em transferir para as autarquias a responsabilidade das segundas habitações, consideramos que isso foi um erro, pois foram mais encargos para as autarquias, nomeadamente, forçando-as a recorrer, até, ao Fundo de Emergência Municipal. Aliás, até por depoimentos que aqui foram feitos, nomeadamente, salvo erro, pelo atual Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, que disse que implementou um programa de recuperação das segundas habitações e que as pessoas recusaram – não sei se eram muitas ou se eram poucas –, fizemos a leitura de que, provavelmente, essas pessoas recusaram os apoios, porque preferiam ficar com a perda do que ficar com o rótulo de vigaristas.

Toda essa situação foi criada, provavelmente, a seguir à reportagem televisiva, até porque foram dados alguns passos atrás relativamente aos termos do processo, como a suspensão de obras e tudo o mais, como foi reconhecido: houve impacto no decurso do processo devido a uma reportagem televisiva que veio criar uma situação de suspeita muito grande.

Por isso, também nos preocupa que, perante todo este clima de suspeição, muitas das vítimas tivessem acabado por preferir ficar com as perdas do que apresentá-las e vê-las ressarcidas, tendo em consideração o rótulo que lhes poderia ser colocado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Eurídice Pereira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.



A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, nesta ronda não se trata de perguntas/respostas mas, sim, de um conjunto de questões que ainda tenho para fazer, porque, no nosso entendimento, estas são particularmente importantes para o apuramento final que possa vir a constar do relatório. Aliás, a esperança que nos resta é que surja um relatório que sirva para alguma coisa. Portanto, recai sobre os ombros do Relator a salvação desta Comissão de Inquérito e estou convencida que ele fará tudo o que lhe é possível para a salvar.

Primeira questão: o Fundo REVITA apoiou «telhados de manteiga»? Faça-lhe essa pergunta porque se trata de uma das expressões – «telhados de manteiga», ouviu bem – utilizadas pelo ex-presidente do IHRU, quando dizia que era completamente impossível os telhados se terem danificado e referiu-se, exclusivamente, a Pedrógão Grande. Depois, a Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara de Castanheira de Pêra acabou por vir aqui dizer que também tinha pelo menos um «telhado de manteiga» – claro que ela não utilizou essa expressão, sou eu que a estou a utilizar.

Portanto, a minha pergunta é se, também relativamente à reposição de telhados, houve aqui situações fraudulentas nos tais «telhados de manteiga», que são de «manteiga» porque, segundo o ex-presidente do IHRU, seria completamente impossível terem sido danificados.

Segunda questão: houve priorização dos pedidos de apoio e como é que isso aconteceu?

A terceira questão tem a ver com o facto de o Tribunal de Contas ter referido que tinha havido transparência no que se referia aos donativos, mas não em relação aos donativos em espécie. Seria importante perceber o que é que isso quer dizer, porque se trata de uma afirmação demasiado forte, do nosso ponto de vista, para não termos aqui um esclarecimento cabal do Presidente do Fundo REVITA.

Quarta questão: a lista dos beneficiários e dos apoios concedidos está

disponível ao público, mas importa perguntar-lhe como é que entende que se compatibiliza o excesso de exposição dos beneficiários – porque, no fundo, foram as vítimas – e o escrutínio sobre os apoios concedidos. Isso também não é fácil, porque as pessoas perderam as coisas e agora passam a vida nas bocas do mundo.

E não vale a pena o PSD chorar lágrimas de crocodilo porque, de facto, faz uso das vítimas para, enfim, estes «números» constantes que aqui se passam e, depois, remata dizendo que esta Comissão de Inquérito é para honrar as vítimas. Eu nunca tinha ouvido coisa mais esquisita, para não dizer uma coisa mais feiosa.

Quinta pergunta, também particularmente importante: como é que funciona a relação do Fundo REVITA com as entidades com quem protocolou? Essas entidades eram acrílicas relativamente à sinalização das habitações a reconstruir ou que reabilitaram?

Os donativos que estão por aplicar — já nos disse aqui que se tratava de um valor na ordem 1,5 milhões de euros...

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Está a referir-se, em concreto, a...

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Ao saldo que, neste momento, o Fundo REVITA tem.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — O saldo é cerca de 1,5 milhões de euros, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Seria importante perceber qual é o destino que vai ter esse montante e quando é vai ter esse mesmo destino.

Duas últimas questões: a insistência, ou, chamemos-lhe assim, a pressão, como queira, de entidades e a pressão mediática fizeram precipitar

decisões sem a devida ponderação e controlo?

Repare que não estou a falar das emoções do PSD; estou a falar-lhe, concretamente, de coisas reais e estou a falar do que tem a ver com esta insistência, porque a insistência existiu, se foi pressão, ou não, o senhor me dirá, que terá ou não provocado uma ponderação menos adequada.

Por último, das 259 reconstruções ou reabilitações que conhecemos, sabemos que o Ministério Público investigou 81 casos e que deduziu acusação em 19. Pode dizer-me qual é o enquadramento do Fundo REVITA neste panorama?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Sr. Dr. Rui Fiolhais, é só a isto que tem de responder.

Tem a palavra.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Muito bem, Sr. Presidente.

Terei muito gosto e queria agradecer estas 17 questões que me foram colocadas e devo dizer que, apesar de a minha letra ser indecifrável, hoje fiz um esforço adicional para conseguir lê-la, ainda para mais, com dificuldades de leitura ao perto.

Mas o facto de vermos mal ao perto não quer dizer que não vejamos mal ao longe e, às vezes, temos de ter a perspetiva estratégica para dar boas respostas e as respostas que eu queria dar às questões colocadas pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira quero que sejam dadas com verdade e com rigor, aliás não concebo outra forma de estar na vida e muito menos de estar numa comissão parlamentar sem ser desta forma. Aliás, se dissermos aqui alguma coisa que não seja verdade julgo que até haverá consequências graves... Não pode ser de outra maneira.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, relativamente à questão do relatório do IHRU, vou dizer aquilo que sei e o que sei é que, na altura, até de acordo com o que saiu em termos públicos, a capela foi sinalizada como habitação.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Está no relatório como capela!

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Não estou a fazer julgamentos, estou a dar a informação que tenho. Eu não estava lá e recebi essa informação.

Mas sobre o facto de ter sido sinalizada no relatório, e agora respondendo à sua questão, que é importante, porque é a questão do culto, quero dizer-lhe o seguinte: as populações veem nos seus referentes tangíveis, físicos, boa parte da sua história e projetam-se psicologicamente nesses referentes como símbolos da sua identidade.

Do ponto de vista antropológico não tenho dúvidas nenhuma a esse respeito e até lhe digo mais: eu, como católico, e posso dizer isso agora a título pessoal, até me revejo muito na ideia de que uma população que uma vez por ano vá aquela capela isso justifique que aquela capela esteja erguida, porque é lá que, uma vez por ano, celebramos aquilo que somos e a nossa identidade.

Dito isto, tenho de recapitular as três alíneas de apoio do Fundo REVITA, agora tenho de falar como Presidente do Fundo REVITA: primeira alínea, a recuperação de habitações, primeiras habitações; segunda, reapetrechamento de habitações; terceira, necessidades sociais não atendíveis.

Ora, o Estado é laico, eu não vejo como o Fundo REVITA poderia, como prioridade, fazer uma intervenção dessa natureza e, devo dizer isto, com todo o respeito pelas convicções religiosas, pelas necessidades, etc., com as quais eu até simpatizo, mas uma coisa é termos simpatia outra coisa é avançarmos do ponto de vista do apoio.

Quanto à parte do afastamento do IHRU, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei. Quero dizer-lhe isto também com frontalidade, até porque, às vezes, pode haver dúvidas no sentido de se dizer: «ah, ele sabe, mas...». Não faço ideia! Quando peguei neste processo, é como um carro em andamento, o IHRU não estava no processo e, portanto, eu nunca tive uma noção muito clara por que razão é que o IHRU estava ou não estava, etc. Não tive!

Estive com o Sr. Presidente do IHRU aqui, cordialmente, conversámos, trocámos impressões, etc., mas, na altura, o IHRU não tinha responsabilidades nesta matéria, portanto não posso responder por isso.

Uma questão que foi colocada foi sobre o cumprimento dos casos. Eu também não queria deixar aqui a noção de que «as cinzas» são justificação seja para o que for; mas não podem é servir para ser esquecidas e se a equipa de auditoria olha para a realidade como se essas cinzas não tivessem existido eu tenho que dizer que concordo com a afirmação de que não nos podemos esquecer delas.

Sobre o que mudou relativamente a Pedrógão quero dizer o seguinte: eu vou lá amiúde e Pedrógão mudou até a própria aparência física, e com muita pena minha ainda não tanto como eu gostaria, mas está diferente em termos de território. O verde regressou, infelizmente ainda temos casas chamuscadas, muitas estão recuperadas, 245 casas estão recuperadas, mas eu diria que há numa coisa que pode mudar para melhor e a Associação de Vítimas, que esteve aqui deve ter enfatizado a questão da proteção.

Respondendo já a uma questão que o Partido Socialista colocou há pouco, eu queria dizer que, do ponto de vista da missão do Fundo REVITA, a missão está praticamente concluída do ponto de vista da recuperação das casas. Faltam cinco casas, mas a sua recuperação está assegurada. Depois, temos a questão de saber se as casas cuja recuperação está suspensa serão pagas ou não, logo se verá, ou se há alguma coisa a haver.

Finalmente, consegui ter, de facto, uma conversa com os três presidentes de câmara e coloquei a questão, que colocaria sempre e acho que qualquer um de nós o faria, que foi a seguinte: o que é que as populações do território entendem como prioridade para os excedentes do Fundo REVITA? E a palavra que foi transmitida foi: prevenção.

Vamos ver em que moldes, virá uma proposta por parte das autarquias, mas a lógica será de fazer algum investimento, não apenas focado naquilo que passou, mas que deixemos também para o futuro a garantia de que aquilo não se tornará a passar.

Penso que se o Fundo REVITA puder participar nesse processo participará com muito gosto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, importa-se de esclarecer esta última parte que não ficou muito audível?

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sim, sim.

Se o Fundo REVITA tiver algum tipo de excedente terá de se saber de que forma é que ele deve ser aplicado e, como sempre, o Fundo REVITA fala com as autarquias, no sentido de representantes das populações, percebendo quais são as prioridades, quais são os anseios, quais são as expectativas das populações.

A palavra que nos foi transmitida, e ainda não passada à prática, vai no sentido da prevenção, ou seja, o que é que se pode fazer em termos de prevenção de ocorrências futuras. É esta a lógica! Então, da parte do Fundo REVITA haverá disponibilidade para apoiar as instituições locais nos moldes que forem, do ponto de vista das comunidades, mais adequados no sentido de garantir que estejam melhor preparados e, como se diz agora, com mais resiliência relativamente a questões futuras.

Uma questão que também foi colocada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada tem a ver com a articulação com os outros fundos.

Sobre este Fundo falarei, mas relativamente aos outros, devo dizer o seguinte: sempre que foi necessário e sempre que existiu alguma dúvida, o contacto direto foi feito. Por exemplo, esse contacto foi feito com o padre responsável pela Cáritas, o Padre Costa, se não estou em erro, com o Manuel de Lemos... Tive sempre um cuidado extremo no sentido de que essa articulação fosse uma articulação funcional, mas a principal articulação era feita na Comissão Técnica, porque é a esse nível, do ponto de vista técnico, que se faz isto ou se faz aquilo.

Posso dar um exemplo, respondendo até a uma das preocupações que a Sr.<sup>a</sup> Deputada transmitiu: o Fundo REVITA apoiou aquilo que podia apoiar, mas outros fundos apoiaram outras coisas. Lembro-me perfeitamente que a União das Misericórdias Portuguesas fez um programa específico de alfaías agrícolas, lembro-me perfeitamente disso, e o Manuel de Lemos ligou-me a perguntar: «Rui, o que é que achas de...» e eu disse-lhe, «Isso é uma opção vossa, porque vocês são os gestores das vossas doações». Se me perguntasse a mim diria assim: bom, depois do que já fizemos com os agricultores, provavelmente, enquanto não recuperarmos as casas, não podemos pensar nessa dimensão.

Finalmente, sobre a questão das infraestruturas prometidas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não posso dar uma resposta como Presidente do Fundo REVITA; essa é uma questão que terá de ser, provavelmente, dirigida ao Governo, é uma questão que eu respeito e compreendo, mas não tenho grandes condições para lhe dar uma resposta.

Todavia, posso dizer-lhe que não podemos ter futuro nenhum se não olharmos para o nosso passado. Nós temos de aprender muito com aquilo que fazemos e acho que a proximidade às populações e o facto de darmos o

melhor de nós e de estarmos perto delas nos bons e nos maus momentos, é a melhor forma de nos honrarmos como servidores públicos.

Esperança no futuro é uma coisa que eu encontro nestes territórios. São territórios que já visitava e que já conhecia antes dos incêndios, são territórios que eu vivi, de uma forma muito intensa, durante os incêndios e, sem querer ir longe demais, devo dizer que vivi para além daquilo que gostaria de ter vivido, isto porque perdi uma pessoa nestes incêndios que me era particularmente querida e, portanto, quando nós estamos ao serviço não temos limites nem fronteiras para a nossa capacidade de intervenção.

Queria dizer-vos que nunca faltou ao Conselho de Gestão, e a mim particularmente, a motivação de, apesar dos apesares e de ser um sobrevivente de um processo mediático particularmente doloroso e adverso, estar aqui de cara erguida para dizer que nós estamos cá ao lado das populações.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado do PCP, agradeço-lhe, mas digo-lhe que é uma questão que exorbita, de facto, o Fundo REVITA. O Fundo REVITA gera donativos e transmite ao poder executivo as lacunas que e sempre o fizemos.

Sobre o conhecimento das segundas habitações não precisa de ser o Conselho de Gestão a dizer ao Governo, pois todos nós sabemos que ele existe. A opção que foi tomada foi uma opção diferente desta de aplicar os donativos; foi a de que haveria um regime que, de algum modo, apoiaria com o apoio das câmaras e que, pelos vistos, do ponto de vista prático, não teve grandes resultados. Mas eu não posso fazer grandes observações sobre isto, como calculará.

Como Presidente do Fundo REVITA, posso dizer que fomos onde tínhamos de ir, mas não andámos a apoiar segundas habitações, porque não foi essa a nossa prioridade.



Sobre a pergunta se houve algum tratamento preferencial, eu queria dizer com frontalidade que nunca senti, por parte do Conselho de Gestão do Fundo REVITA, que tivesse existido algum tratamento preferencial para alguém, e até digo, com muita clareza, que nunca houve em reuniões do Conselho do REVITA qualquer tipo de pressão que tenha sido transmitida ao seu Presidente. Nunca! Houve sempre um enormíssimo respeito pela linha estratégica que ficou definida face àquelas que eram as nossas disponibilidades.

Se me perguntar o que é que correu mal digo-lhe que o que correu mal foi termos um incêndio mediático, animado por diversas fontes, e que contribuiu, de uma forma que eu considero muito adversa, também, para o facto de alguns cidadãos que hoje gostariam de ter apoios do Estado sentirem-se, de facto, incomodados com a ideia de pedir seja o que for. Isso custa muito, porque é absolutamente injusto aquilo que se fez, o desprezo que foi provocado por essa via, relativamente ao trabalho que foi feito e este é um dia – quero aqui dizer algumas coisas e vou dizê-las – de grande homenagem às pessoas que nunca pediram nada e que estiveram sempre na linha da frente na defesa das populações.

À questão da segunda habitação já lhe respondi e sobre a questão da reputação do processo, penso que o Sr. Deputado também já percebeu qual é o sentimento que tenho sobre essa matéria... Sentimento não; razão! Emoção, mas razão.

Relativamente às questões colocadas pela Sr.<sup>a</sup> Deputada do PS, que muito agradeço, devo dizer que nunca tinha ouvido a expressão «telhados de manteiga»... Talvez falha minha, mas a ideia talvez seja a de estar a apoiar barracões, ou qualquer coisa desse género. Não?

Eu só posso dizer o seguinte: eu não conheço a expressão... Não apoiámos intervenções que possam ter...

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — É uma expressão que está na imprensa!

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Ah, está bem.

Portanto, não conheço essa expressão e apoiámos situações que foram sempre fundamentadas em pedidos de proprietários com termos de responsabilidade, validados pela câmara, escrutinados pela Comissão Técnica e cujos pagamentos foram validados pela CCDR. É só isso que posso dizer.

Quanto à priorização de pedidos, não estou a ver o alcance da questão do ponto de vista prático. Ou seja, eu, pessoalmente, como Presidente do Conselho de Gestão do Fundo REVITA, nunca olhei para aquele território como um território de três concelhos... Faço-me entender? Casas são casas, pessoas são pessoas e nunca senti que fosse dada algum tipo de prioridade a *A*, *B* ou *C*.

Do ponto de vista dos doadores, até manda a verdade que se diga, que houve doadores que procuraram ir ao encontro de alguma territorialidade. Dou aqui como exemplo a La Caixa. A La Caixa firmou um protocolo bilateral com o concelho de Pedrógão no sentido de que os donativos deveriam ser aplicados em casas do concelho de Pedrógão e foram-no, efetivamente.

O facto de terem feito não quer dizer que esse fundo tivesse funcionado como uma espécie de gavetas com tesourarias diferentes, relativamente a cada concelho, bem pelo contrário. Todos os dados sabem que todos os dinheiros foram depositados numa conta REVITA, que é uma conta escrutinada pela Inspeção-Geral de Finanças, sabe-se quanto é que está na conta ao minuto - e posso dizer-lhe neste momento quanto é que está na conta - e a verdade é que todos os cêntimos e todos os euros que foram aplicados nessa conta foram de uma forma indistinta relativamente a

qualquer um desses concelhos, sempre em função das propostas da Comissão Técnica e com pagamentos escrutinados pelo crivo da CCDR.

Sobre a gestão dos bens doados, peço a indulgência do Sr. Presidente, e das Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, para deixar uma palavra de homenagem: a Cruz Vermelha Portuguesa nunca recebeu do Fundo REVITA um cêntimo que não fosse pago pelo Fundo REVITA relativamente a equipamentos que foram colocados dentro das casas recuperadas.

Nessa matéria, a gestão dos bens doados foi feita com uma enormíssima probidade. Havia bens doados que foram entregues em espécie, nomeadamente a Samsung, que foi aquele que deu origem a uma reportagem em que andavam a filmar das janelas de um pavilhão para ver onde é que estavam os bens da Samsung, que estavam lá misturados com outros bens...

Eu não posso falar de outros bens que não sejam do Fundo REVITA. Os bens da Samsung estiveram à guarda, estão perfeitamente inventariados e foram entregues. Aliás, a gestão da maior parte dos bens não foi baseada na entrega prévia, que isto fique claro. Ou seja, quem apresentou bens ou serviços disse o quê? Por exemplo, a Bosch disse: «Se precisarem até 10 robôs de cozinha digam que nós entregamos» e a Cruz Vermelha Portuguesa fez essa gestão com uma enormíssima probidade.

E digo isto por uma razão: se olharmos bem para as necessidades que foram acompanhadas do ponto de vista financeiro, verificamos que nesta fileira do apetrechamento foram gastos, podia dar aqui num número incorreto, 75 000 €. Ora, para isto chegar foi preciso trabalhar com o IKEA, trabalhar com muitos doadores, no sentido de aportar a cada situação concreta, a cada casa, o que era necessário e só quando faltava é que havia esse pagamento.

Dito isto queria deixar aqui uma palavra de homenagem: as pessoas quando se vão embora nem sempre são recordadas. Aqui, na Casa da democracia, queria deixar uma homenagem à Daniela Costa. A Daniela

Costa foi a coordenadora logística de aprovisionamento da Cruz Vermelha Portuguesa. Exerceu as suas funções sem qualquer tipo de contrapartida por parte do Fundo REVITA, fê-lo com um enormíssimo sentido de missão pública e devo dizer que foi das pessoas, que neste processo, elevou mais alto a probidade, a ética e o seu posicionamento no terreno.

A Daniela Costa já não está entre nós. A Daniela Costa, neste contexto, já não vive, não está connosco, mas eu queria deixar nesta Casa a minha profunda homenagem e nela a todos aqueles que, de algum modo, não estando connosco estarão sempre para o resto da vida. Uma pessoa absolutamente extraordinária que será recordada como alguém que esteve, como soldado invisível, ao lado destas populações.

Queria deixar também uma palavra sobre a transparência e sobre a exposição dos beneficiários, Sr. Deputado, para lhe dizer que tem toda a razão, no sentido em que, o que nós fizemos, como comunidade, é algo que nos deve obrigar a pensar duas vezes sobre o caminho que estamos a percorrer. Estou a dizer isto também como alguém a quem as chamadas mediáticas atingiram, e atingiram-me de todas as formas que possam imaginar basta ter as funções que tenho.

Temos de ter muita resiliência, como se diz, temos de ser pele de crocodilo, para fazer o que queremos na nossa vida, fazê-lo com dignidade, de espinha direita e aguentar aquilo que temos de aguentar.

Quem trabalhou no Fundo REVITA levou com muita coisa em cima. Mas há uma coisa que não leva para casa; não leva desaforos para casa! É gente séria, gente trabalhadora e gente eticamente irrepreensível. E eu estou cá para dizer que não há outra forma de poder estar na vida.

Quanto à exposição dos beneficiários, compreendo. Quando se «queima» a imagem seja de quem for, quando alguém pede alguma coisa e no dia seguinte tem uma câmara de filmar à frente... Eu assisti a isso até em direto e ao vivo, com câmaras a entrarem pelos quintais dentro, a filmar os

cães e as pessoas a fechar persianas, quando assistimos a isto devemos pensar, como comunidade, se é esse o caminho que queremos seguir. Se é esse o caminho que queremos seguir, tenho pena, mas não é essa a sociedade que imagino para as minhas filhas.

Dito isto, sobre a questão da relação do REVITA com quem protocola, posso dizer-lhe que é uma relação extremamente positiva, uma relação baseada na confiança e na transparência.

Não tenho memória, neste processo, de ter tido, inclusivamente, algum momento, chamemos-lhe, até, de tensão, relativamente aos atores com quem trabalhámos. Nunca! Nem com as câmaras, nem com a Cruz Vermelha Portuguesa, nem com a Fundação Calouste Gulbenkian, e, agora, já lá não está o nosso interlocutor, mas era uma relação absolutamente positiva.

Podia ter sido feito melhor? Claro que poderia. Mas voltamos às cinzas no ar. As cinzas quando estão no ar, antes de chegarem ao chão, estão a meio caminho... Há aqui muitas coisas que poderiam ser melhoradas. Ainda bem que há estas Comissões que ajudam, também, de algum modo, a identificar caminhos que possam ser positivos para o País.

Quanto ao destino dos excedentes, já falei sobre a questão da prevenção. Gostaríamos muito de deixar também uma dedada no território, no sentido de, de algum modo, contribuir para que aquilo que aconteceu não torne a acontecer. Se isso for possível da nossa parte, tudo bem.

Quanto à acusação do Ministério Público, relativamente ao Fundo REVITA, foram identificadas oito habitações relativamente às quais há algum tipo de suspeita, sendo que há cinco habitações suspensas e três construídas.

Queria deixar uma palavra de confiança: todas estas habitações, a partir do momento em que houve dúvidas, foram suspensas. O valor global andarà na casa dos 200 000 €, que foram, efetivamente, pagos. Nós, Fundo REVITA, somos assistentes nesse processo e, portanto, se houver, do ponto

de vista judicial, uma dilucidação que diga que os termos de responsabilidade não estão corretos e que houve algum tipo de venalidade, cá estaremos, enquanto Fundo REVITA, naturalmente, para solicitar o respetivo reembolso.

Dito isto, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, queria agradecer a oportunidade de estar aqui e de poder esclarecer, ou, pelo menos, ter contribuído para esclarecer, aquilo que, às vezes fica, um pouco nebuloso.

Na minha vista, olhando para o passado e para o futuro, do lado do Fundo REVITA não há nuvens, no melhor sentido do termo, porque não há outra forma de estarmos na gestão pública que não seja com claridade, com transparência e com abnegação.

É essa a mensagem que vos queria transmitir e agradecer-vos, uma vez mais, a oportunidade de aqui estar.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Doutor, muito obrigada.

Não registo mais inscrições para uso da palavra... ou melhor, o Sr. Deputado Relator teve agora um assomo de energia e decidiu inscrever-se.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Jorge Paulo Oliveira (PSD):** — Sr. Presidente, a minha questão é simples de colocar.

Considerando que o Fundo REVITA despendeu 2,6 milhões de euros na recuperação de primeiras habitações; considerando que, neste momento, há um saldo disponível de 1,5 milhões de euros; considerando que, desse saldo, para efeitos de recuperação de habitações estão cativos 200 000 €; considerando que, por essa via, diríamos que o saldo, efetivamente, será de 1,3 milhões de euros; considerando que os autarcas, que tiveram oportunidade de prestar depoimento nesta Comissão, julgaram como absolutamente prioritário para os seus territórios a recuperação das segundas

habitações; considerando que as segundas habitações para recuperar andarão em número aproximado daquelas que foram recuperadas, a pergunta que fica é esta: não faria mais sentido afetar a verba disponível não para ações de prevenção, conforme o Sr. Presidente referiu, mas exatamente para a recuperação das segundas habitações, que necessitaria, obviamente, de um reforço de apenas um milhão de euros?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Dr. Rui Fiolhais.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, considerando, naturalmente, os parâmetros que transmitiu, que necessitam de alguma afinação, responderia da seguinte forma: o investimento em primeiras habitações foi o investimento feito com base numa prioridade que ficou definida face às disponibilidades existentes.

Só existe um saldo orçamental porque houve uma abordagem, por parte do Estado, que capacitou o Fundo, que nos permite ter, agora, um saldo de cerca de um milhão e meio. Desse milhão e meio, esqueça meio milhão que é, fundamentalmente, para aplicar em casas que estão para recuperar e para algumas contingências, ou seja, não posso deixar de ter as contingências. Imagine que o tribunal entende que aquelas são casas verdadeiramente legítimas... Portanto, o Conselho de Gestão não pode pegar naquele saldo e... Temos de ter verbas que ficam cativadas em termos de contingências.

Mas, admitamos que há cerca de um milhão, aproximadamente. Queria dizer que o Fundo REVITA não tem capacidade de ir às segundas habitações; que fique claro: não tem!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Com reforço, com reforço.

O Sr. Dr. **Rui Fiolhais**: — A volumetria de intervenção das segundas habitações diria que é, neste momento, superior à das primeiras habitações. Portanto, o que é que fez o Fundo REVITA? O Fundo REVITA fez aquilo que tem de fazer, e que é aquilo que a auditoria do Tribunal de Contas pede: ouvir as populações, nomeadamente ouvir as suas comunidades.

Queria dizer que não está fechada nenhuma solução. O que estou a dizer é que os sinais que foram recebidos, em termos de Conselho de Gestão, foram no sentido de as autarquias terem uma preocupação, que é legítima também, de, se eventualmente, não fosse possível ir a outras necessidades, estas necessidades sociais, que estão muito associadas à prevenção de futuros episódios desta natureza, pudessem, naqueles territórios, ser apoiadas pelo Fundo REVITA.

Se for esse o caso, o Conselho de Gestão tomará as suas deliberações. Mas, Sr. Deputado, também não fique com a ideia de que foi tomada alguma deliberação nesse aspeto, porque também não chegou nenhuma proposta.

Todavia, registo, naturalmente, a sua observação, que é legítima.

O Sr. **Presidente**: — Quem sabe, uma recomendação da Assembleia pudesse dar mais conforto político a uma decisão posterior, que permitisse atingir esse valor...

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradeço, novamente, o depoimento do Sr. Dr. Rui Fiolhais e a forma muito completa e muito exaustiva com que teve oportunidade de explicar o que fez o Fundo REVITA. Também registo, confesso, os agradecimentos que fez. Gosto de gente grata e, portanto, como Presidente da Comissão, registo isso com muito agrado.

Mais uma vez, Srs. Deputados, na terça-feira, como sabem, pelos motivos já expostos, não teremos audição, pelo que a próxima audição terá lugar na quarta-feira.

Está encerrada a reunião.



*Eram 19 horas e 49 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.